Sexta-feira, 26 de junho de 2026 I Série — Número 107

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Antes de entrar na ordem do dia, o Presidente manifestou a solidariedade da Assembleia para com todos os que foram afetados pelos sismos na Venezuela, apresentando também condolências às famílias das vítimas.

No âmbito da ordem do dia, fixada a requerimento do CDS-PP, foram discutidos e votados, na generalidade, o Projeto de Lei n.os 672/XVII/1.ª (CDS-PP) — Aumenta a dedução à coleta de IRS, duplicando o acréscimo a partir do terceiro filho, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, que foi aprovado; o Projeto de Resolução n.º 1067/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento de uma estratégia nacional para a natalidade nas áreas da fiscalidade e da segurança social, que foi aprovado; os Projetos de Lei n.os 653/XVII/1.ª (L) — Atualização e majoração do limite de dedução de despesas de educação e formação em função do

número de dependentes do agregado familiar, que foi rejeitado, 674/XVII/1.ª (PS) — Reforça o complemento garantia para a infância, assegurando a aplicação das majorações previstas nas deduções por dependentes em sede de IRS, que foi aprovado, e 677/XVII/1.ª (L) — Apoio à infância e equidade fiscal: criação de um crédito fiscal que incentiva a natalidade, apoia as famílias e combate a pobreza infantil, que foi rejeitado; e os Projetos de Resolução n.os 1054/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a avaliação da execução e do impacto do complemento garantia para a infância e o estudo de mecanismos reembolsáveis associados a deduções fiscais, 1070/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo a criação de um verdadeiro quociente familiar em sede de IRS, considerando os dependentes na aplicação das taxas progressivas e 1071/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo o reforço dos apoios sociais à natalidade, à primeira infância e às famílias com dependentes, que foram rejeitados, e 1082/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a promoção do aumento da taxa de natalidade com base na tributação fiscal e parafiscal e nas prestações sociais, que foi aprovado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Paulo Núncio (CDS-PP), Ricardo Aires (PSD), Alfredo Maia (PCP), Patrícia Gonçalves (L), Ana Isabel Ferreira (PSD), Madalena Cordeiro (CH), Miguel Matos (PS), Rodrigo Alves Taxa (CH), Manuela Carvalho (PSD), Filipe Sousa (JPP), Pedro Tavares e Eduardo Teixeira (CH), Adriana Rodrigues (PSD), Mário Amorim Lopes (IL), Paula Santos (PCP), Fabian Figueiredo (BE), Rita Matias (CH), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Sandra Pereira (PSD), Carlos Pereira (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Rocha (IL), Patrícia Faro (PS), João Antunes dos Santos (PSD), Pedro Pessanha (CH), Hugo Costa e Elza Pais (PS), Célia Freire e Leandro Ferreira Luís (PSD), Isabel Mendes Lopes (L), Marina Gonçalves (PS) e Cláudia Estêvão (CH).

Foram lidos os Projetos de Voto n.os 623/XVII/1.ª (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Flórido Adolfo da Silva Marques e 633/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR) — De pesar pelas vítimas dos sismos que atingiram a Venezuela, cujas partes deliberativas (*a*) foram aprovadas. Depois, a Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Após assinalar a presença, nas galerias, de Sua Excelência Reverendíssima, o Núncio Apostólico, D. Andrés Carrascosa Coso; do Sr. Comendador Nazim Ahmad, Representante Especial do Imamat Ismaili; de Sua Excelência Reverendíssima, o Patriarca de Lisboa, D. Rui Valério; de Sua Excelência, o Embaixador António Almeida Ribeiro, Secretário-Geral Interino do KAICIID – Centro Internacional de Diálogo; e de membros da Comissão da Liberdade Religiosa e do Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-Religioso, o Presidente leu o Projeto de Voto n.º 624/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR) — De saudação pelo Dia Nacional da Liberdade Religiosa e do Diálogo Inter-religioso, cuja parte deliberativa (*a*) foi aprovada, com aclamação.

Foram aprovadas as partes deliberativas (*a*) dos Projetos de Voto n.os 628/XVII/1.ª (apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias) — De saudação pelo Dia da Região Autónoma da Madeira e das Comunidades Madeirenses, no quadro das comemorações dos 50 anos da autonomia, 629/XVII/1.ª (apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias) — De saudação pelos 50 anos da autonomia dos Açores, e 630/XVII/1.ª (apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão) — De congratulação pelos 50 anos do Centro de Integração e Reabilitação de Tomar.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 1094/XVII/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Barcelona e Paris.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo à Proposta de Lei n.º 85/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a criar a prestação social única no âmbito do subsistema de solidariedade, tendo depois sido rejeitado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões. Usaram da palavra os Deputados Mariana Leitão (IL), Isabel Mendes Lopes (L), Inês de Sousa Real (PAN), Sandra Pereira (PSD), Alfredo Maia (PCP), André Ventura (CH) e Fabian Figueiredo (BE).

Foram aprovados, em votação final, os Projetos de Resolução n.os 563/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a concretização da ligação do IC5 ao Santuário de Santo Antão da Barca, 564/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a concretização da extensão do IC5 até à sede do concelho de Miranda do Douro e a ligação a Palaçoulo e 565/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da EN217, entre Lagoa (Macedo de Cavaleiros) e a ponte que liga ao concelho de Mogadouro.

Foram votados, em votação final, os Projetos de Resolução n.os 570/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a verificação urgente da segurança estrutural das infraestruturas públicas críticas em todo o território nacional, que foi aprovado, 572/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que solicite à Comissão Europeia uma extensão especial de tempo no que respeita às componentes relativas à habitação e infraestruturas, que foi rejeitado, 848/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a realização urgente de uma avaliação técnica independente à estrutura do Palácio da Justiça da Praia da Vitória, na ilha Terceira, e 886/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a urgente reabilitação e modernização dos tribunais da Região Autónoma dos Açores, que foram aprovados.

Foi aprovado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 962/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um estatuto de proteção do binómio cinotécnico, com reforço do apoio financeiro, assistência médico-veterinária e medidas de valorização dos cães de serviço das forças de segurança, Forças Armadas e estruturas de socorro.

Foram rejeitados, em votação final, os Projetos de Resolução n.os 1005/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo medidas de reforço da resposta aos danos no património cultural classificado causados pelas tempestades de 2026 e a adoção de um programa preventivo nacional de avaliação e salvaguarda do edificado classificado e 1078/XVII/1.ª (PCP) — Plano nacional extraordinário de mitigação de riscos, proteção e salvaguarda do património cultural afetado pelas intempéries de 2026.

Foi aprovado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 1083/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a realização de um levantamento nacional do património cultural, a definição de um programa plurianual de conservação e salvaguarda e o reforço dos meios humanos e financeiros das entidades públicas com atribuições na sua proteção.

Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 209/XVII/1.ª (PCP) — Pela gestão pública da Fundação de Serralves e a garantia da gratuitidade da entrada em Serralves em todos os fins de semana e feriados.

Foi aprovado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 418/XVII/1.ª (PS) — Recomenda a avaliação da comparticipação de dispositivos de avanço mandibular (DAM), no Serviço Nacional de Saúde.

Foi aprovado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 419/XVII/1.ª (PS) — Comparticipação de dispositivos para autodiagnóstico de doentes submetidos a terapêutica anticoagulante oral.

Foram aprovados, em votação final global, os textos finais, apresentados pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativos aos Projetos de Resolução n.os 950/XVII/1.ª (CDS-PP) e 952/XVII/1.ª (IL) — Pela reorganização das forças de segurança pública e pelo reforço do policiamento de proximidade; aos Projetos de Resolução n.os 704/XVII/1.ª

(CH), 949/XVII/1.ª (PAN) e 954/XVII/1.ª (L) — Promoção da saúde mental e prevenção do suicídio nas forças de segurança; e ao Projeto de Resolução n.º 327/XVII/1.ª (PCP) — Valorização da carreira de bombeiro sapador.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo aos Projetos de Resolução n.os 195/XVII/1.ª (CH), 202/XVII/1.ª (PS) e 476/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a reativação, valorização e sustentabilidade da fileira da lã em Portugal.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.os 869/XVII/1.ª (CH), 941/XVII/1.ª (PCP) e 945/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para o estudo, conservação, salvaguarda e valorização da Anta Grande do Zambujeiro, em Évora.

Foram aprovados, em votação final global, os textos finais, apresentados pela Comissão de Educação e Ciência, relativos aos Projetos de Resolução n.os 667/XVII/1.ª (L), 966/XVII/1.ª (PSD), 971/XVII/1.ª (IL), 980/XVII/1.ª (PS) e 984/XVII/1.ª (CH) — Recomenda a adoção de medidas para promover a igualdade de condições nos exames nacionais para os estudantes com daltonismo; ao Projeto de Lei n.º 312/XVII/1.ª (PS) — Estabelece o Regime Jurídico dos Estudantes com Necessidades Educativas Específicas no Ensino Superior; e ao Projeto de Lei n.º 31/XVII/1.ª (CH) — Pela promoção da inclusão dos jovens com necessidades educativas específicas no ensino superior.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão da Reforma do Estado e Poder Local, relativo à Proposta de Lei n.º 66/XVII/1.ª (GOV) — Aprova um regime excecional e temporário relativo aos deveres específicos e limites constantes da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do CH a intervir em tribunal.

Em declarações de voto oral, pronunciaram-se os Deputados Eurico Brilhante Dias (PS), Paulo Núncio (CDS-PP), Joana Cordeiro (IL), Cristina Rodrigues (CH), Hugo Soares (PSD), Filipe Sousa (JPP), Alfredo Maia (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L) e Fabian Figueiredo (BE).

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 57 minutos.

(*a*) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as galerias, para o público assistir.

Pausa.

Peço às Sr.as Deputadas e aos Srs. Deputados o favor de se sentarem, para podermos dar início aos nossos trabalhos.

Pausa.

Bom, peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar o expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara de que se encontra, nos suportes institucionais da Assembleia da República, o conjunto de iniciativas que deram entrada na Mesa e nos nossos Serviços, desde a nossa última sessão plenária.

O Sr. **Presidente**: — Pedia a atenção dos Srs. Deputados, porque, antes de darmos início aos nossos trabalhos — e penso que o posso fazer, em nome da Câmara —, não queria deixar de assinalar os violentos sismos que atingiram a Venezuela e que provocaram a perda de vidas humanas, um grande número de feridos e elevados danos materiais.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Em nome da Assembleia da República, expresso a nossa solidariedade para com todos aqueles que foram afetados por esta catástrofe, apresentando as sentidas condolências às famílias das vítimas. Dirijo igualmente, em nome da Assembleia, uma palavra de especial proximidade à comunidade portuguesa e luso-venezuelana residente naquele país, que vive estes acontecimentos com grande preocupação. Que esta tragédia encontre como resposta a coragem e a esperança de um povo que saberá reconstruir o seu futuro.

Aplausos gerais.

Srs. Deputados, do nosso primeiro ponto, por fixação da ordem do dia, requerida pelo CDS-PP, temos a discussão, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 672/XVII/1.ª (CDS-PP) — Aumenta a dedução à coleta de IRS, duplicando o acréscimo a partir do terceiro filho, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 1067/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento de uma estratégia nacional para a natalidade nas áreas da fiscalidade e da segurança social; com, na generalidade, os Projetos de Lei n.os 653/XVII/1.ª (L) — Atualização e majoração do limite de dedução de despesas de educação e formação em função do número de dependentes do agregado familiar, 674/XVII/1.ª (PS) — Reforça o complemento garantia para a infância, assegurando a aplicação das majorações previstas nas deduções por dependentes em sede de IRS, e 677/XVII/1.ª (L) — Apoio à infância e equidade fiscal: criação de um crédito fiscal que incentiva a natalidade, apoia as famílias e combate a pobreza infantil; e com os Projetos de Resolução n.os 1054/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a avaliação da execução e do impacto do complemento garantia para a infância e o estudo de mecanismos reembolsáveis associados a deduções fiscais, 1070/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo a criação de um verdadeiro quociente familiar em sede de IRS, considerando os dependentes na aplicação das taxas progressivas, 1071/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo o reforço dos apoios sociais à natalidade, à primeira infância e às famílias com dependentes e 1082/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a promoção do aumento da taxa de natalidade com base na tributação fiscal e parafiscal e nas prestações sociais.

Para a apresentação do Projeto de Lei n.º 672/XVII/1.ª, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Gostaria, em primeiro lugar, Sr. Presidente, de me associar às suas palavras. Gostaria de que a minha primeira palavra fosse para os venezuelanos e para a comunidade portuguesa da Venezuela, que estão neste momento a sofrer as consequências de um terrível terramoto que assolou aquele país. Por isso, o nosso coração e as nossas orações estão com os venezuelanos e, em especial, com a comunidade portuguesa da Venezuela.

Aplausos do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP e do BE.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Portugal enfrenta grandes desafios: a fraca produtividade e os baixos salários, para começar, a sustentabilidade da Segurança Social e a coesão territorial, só para citar alguns. Para todos estes problemas, os partidos políticos, ou pelo menos alguns, apresentam propostas, ideias e soluções.

Porém, há um desafio, talvez o mais importante que Portugal enfrenta e que atua sobre todos os outros, a que não há tanta vontade para dar respostas. Refiro-me, naturalmente, à gravíssima crise de natalidade que o País enfrenta.

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

A esquerda olha para o declínio demográfico com uma enorme passividade.

Protestos de Deputados do L.

A esquerda, aliás, olha para o problema demográfico como olhamos para a meteorologia, como uma inevitabilidade. Mais, para a esquerda, resolver a crise da natalidade parece passar apenas pelo aumento da imigração e pelas políticas de portas escancaradas, a que Portugal já disse definitivamente que não. E não, essa não é a solução e essa não pode ser a solução para o futuro de Portugal.

Portugal continua a ser um dos países mais envelhecidos da União Europeia. Nos últimos 50 anos, tivemos uma quebra significativa da nossa população infantil, mesmo a níveis europeus. Temos cada vez menos famílias e famílias com cada vez menos filhos. Isto não tem de ser assim. Num País quase a fazer 900 anos de história, isto não pode e não deve ser assim.

Atualmente, apenas 4 % das famílias portuguesas têm três ou mais filhos. Sabemos que existe uma enorme diferença entre os filhos que os portugueses gostavam de ter e os filhos que os portugueses efetivamente têm. E, ao mesmo tempo, também sabemos que as famílias portuguesas têm muito menos filhos do que aqueles que são necessários para uma natural renovação de gerações.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ora, a família é uma realidade anterior ao Estado,…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … não é uma criação nem uma concessão do Estado. Por isso, o Estado não pode nem deve imiscuir-se na decisão dos portugueses, relativamente às suas respetivas famílias. Porém, o Estado tem uma obrigação: criar todas as condições para que os portugueses possam ter o número de filhos que, efetivamente, pretendem ter e, dessa forma, contribuir para reforçar e robustecer as nossas famílias e, ao mesmo tempo, responder ao enorme desafio demográfico que o País enfrenta.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É por isso que o CDS apresenta hoje, em Plenário, duas iniciativas. Em primeiro lugar, apresenta um projeto para duplicar o acréscimo das deduções fiscais para o terceiro filho e seguintes.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Esta proposta foi anunciada no congresso do CDS, no último congresso do CDS,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O último?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … e expressa simultaneamente a nossa vontade de contribuir e a nossa prioridade de responder à gravíssima crise de natalidade que o País enfrenta.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Criada por quem?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Já existe um acréscimo à dedução para o segundo filho e seguintes, mas é o terceiro filho que faz a diferença na renovação das gerações. Por isso, propomos manter o atual acréscimo para o segundo filho, mas duplicar o acréscimo para o terceiro filho e seguintes.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Com esta proposta do CDS, as famílias portuguesas vão poder descontar 1200 € por ano pelo terceiro filho e para cada um dos filhos seguintes.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Esta medida é uma medida para todas as famílias que queiram ter mais filhos. Esta medida não é uma medida só para as famílias que atualmente têm três ou mais filhos. É uma medida para todas as famílias, designadamente para as mais de 700 000 famílias que, hoje em dia, têm dois filhos e que desejem ter mais filhos no futuro. Por isso, repito, esta medida é para todas as famílias que queiram ter mais filhos.

Porque somos um partido responsável, fizemos as contas. O aumento do desconto fiscal para o terceiro filho e seguintes vai beneficiar as famílias em 20 milhões de euros.

Nesse sentido, de forma a garantir a sustentabilidade das contas públicas, o CDS propõe que esta duplicação se faça de uma forma faseada: 50 % já no próximo ano, e 100 % a partir de 2028. Assim, no próximo ano, o desconto no IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) para o terceiro filho e seguintes chegará a 1050 € e, em 2028, atingirá os 1200 €.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — As famílias com filhos merecem mesmo pagar menos impostos, por uma questão de justiça com estas famílias e, sobretudo, para garantir o futuro de Portugal.

Também sabemos que a crise demográfica que enfrentamos é complexa e inclui inúmeras dimensões diferentes. Por isso, só uma estratégia abrangente, que inclua as várias dimensões, será uma estratégia adequada e eficaz para enfrentar esta crise.

Por isso, apresentamos, também, uma segunda iniciativa, para criar uma estratégia nacional para a natalidade, designadamente, nas áreas da fiscalidade e da segurança social; uma estratégia que mobilize o Estado, que mobilize as autarquias locais, que mobilize as empresas e a sociedade civil.

A fiscalidade, na nossa perspetiva, deve refletir a realidade de cada agregado familiar e ter em conta todos os agregados relacionados com a sua composição e, designadamente, o número de filhos. De entre as várias

propostas nesta estratégia nacional para a natalidade, para além da duplicação do desconto fiscal para o terceiro filho e seguintes, há outras medidas que merecem, na nossa perspetiva, ser equacionadas. Destaco algumas.

Desde logo, destaco: o reforço nos incentivos fiscais para as famílias com filhos em sede de IMI (imposto municipal sobre imóveis) familiar, de ISV (imposto sobre veículos) e de IUC (imposto único de circulação);…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … o reforço dos incentivos fiscais às empresas que criem berçários, creches e jardins de infâncias;…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … em paralelo, a nível nacional, o alargamento progressivo da gratuidade das creches já existentes e do crescimento das respetivas vagas; e ainda a criação de benefícios fiscais para as empresas que contratem mulheres grávidas,…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … mães e pais com filhos até aos 3 anos, que promovam horários flexíveis e que estimulem outros incentivos para melhor conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.

Em conclusão, o que propomos é a aprovação de uma estratégia nacional para a natalidade que seja abrangente, que possa contar com o contributo de todos e que permita aos portugueses olharem para o futuro com mais confiança.

O CDS foi o primeiro partido a alertar para esta crise gravíssima da natalidade em Portugal e, hoje, voltamos a fazê-lo uma vez mais.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A resignação não é uma política e nós não nos resignamos com o gradual envelhecimento da população, nem com a diminuição das nossas famílias, porque muitas famílias e famílias com filhos são a chave para o futuro de Portugal.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e da Deputada do CH Rita Matias.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem três pedidos de esclarecimento. A Mesa tem indicação de que responde em simultâneo a todos.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Aires, do PSD.

O Sr. **Ricardo Aires** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, começo por saudar a iniciativa do CDS-PP, visto ser uma prioridade que está plenamente alinhada com os compromissos assumidos pela AD (Aliança Democrática) no seu Programa eleitoral.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem! Parece o Rui Tavares com o PS!

O Sr. **Ricardo Aires** (PSD): — Falar de natalidade é falar do futuro de Portugal, da sustentabilidade do Estado social e da confiança que queremos devolver aos jovens e às famílias. A quebra da natalidade não tem uma única causa, resulta de baixos rendimentos, de dificuldade de acesso à habitação, de instabilidade profissional e de falta de respostas públicas eficazes.

Depois de oito anos de governação socialista, herdámos um País onde muitos jovens adiaram a sua autonomia, a compra de casa e a constituição de família. O problema foi identificado, mas faltou ambição, previsibilidade e uma estratégia integrada. É essa mudança que o Governo da AD está a concretizar, quando,

desde o início, colocou os jovens, a família e a natalidade no centro da ação política, apresentando medidas concretas e não apenas declarações de intenção.

Voz do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Aires** (PSD): — Na habitação, enquanto o anterior ciclo político deixou uma crise de acessibilidade, que limitou as novas gerações, este Governo avançou com a isenção do IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e do imposto do selo na compra da primeira habitação por jovens, a garantia pública para facilitar o crédito e a reformulação do programa Porta 65, tornando o apoio à renda mais previsível.

Na área fiscal, o IRS Jovem deixa mais rendimento disponível a quem trabalha e quer construir o seu projeto de vida em Portugal.

Na família e na infância, prossegue o alargamento do Programa Creche Feliz, a gratuitidade progressiva do pré-escolar e o reforço do abono de família.

Estas são medidas essenciais para aliviar encargos e apoiar quem deseja ter filhos. A diferença é clara: em vez de resignação perante o declínio demográfico, há ação; em vez de respostas dispersas, há uma abordagem multissetorial; em vez de pedir aos jovens que esperem, há políticas que lhes dão condições agora.

Contudo, todos reconhecemos que este é um desafio estrutural, que o caminho a percorrer ainda é longo e, por isso, saudamos a presente recomendação do CDS-PP.

Pergunto: reconhece o CDS que, apesar de haver muito a fazer, o Governo vai no caminho certo?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Agora é que é!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de começar por expressar uma palavra de solidariedade para com o povo venezuelano e para com a comunidade portuguesa na Venezuela.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Com o Maduro!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Deputado Paulo Núncio, o CDS-Partido Popular bem pode estender este rol de intenções piedosas e proclamações de desvelo pela família e apelos à natalidade, mas a verdade, Sr. Deputado, é que não nos engana.

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Este é o mesmo CDS que, há uma semana, votou contra — aliás, com a demais direita e com a abstenção do PS — um projeto do PCP para o reforço do abono de família.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Porque vocês só querem ajudar os mesmos de sempre!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isto é muito bom!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ora, Sr. Deputado, defender a natalidade e a família é garantir aos trabalhadores as condições para que possam desejar ter filhos sem quaisquer receios; é garantir aos jovens emprego com direitos e salários justos; é combater a precariedade que já atinge a maioria dos jovens trabalhadores; é garantir tempo para viver aos casais; e é combater a desregulação dos horários de trabalho, que já atinge mais de 2,7 milhões de trabalhadores.

Sr. Deputado, o que responde às centenas de milhares de famílias afetadas pelo roubo de vida para viver, crianças que só espaçadamente veem os pais juntos e casais que, muitas vezes, só se encontram amiúde?

Defender a natalidade e a família é garantir o direito à habitação com habitação pública, controlo dos preços das rendas e das prestações. O que é que o CDS-PP propõe, quando os preços das casas continuam a aumentar quase 18 %, só no primeiro trimestre deste ano? Quantas famílias podem pagar por uma casa quase 2200 € por metro quadrado, a uma média de 260 mil euros por fogo, como agora se comprova?

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

Ora, as políticas do Governo PSD/CDS empurram as famílias para terem apenas um filho, quando muito.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Estás um bocado baralhado, ó Alfredo!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputada Patrícia Gonçalves.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero apresentar toda a solidariedade do Livre com o povo venezuelano, em especial com a nossa comunidade lusodescendente. Agora, é importante que a comunidade internacional se reúna e se foque no socorro àqueles que estão a necessitar dele e também na reconstrução necessária naquele país.

Sr. Deputado Paulo Núncio, depois de décadas a afirmar que este é o seu tema de bandeira, aquilo que o CDS hoje traz ao Parlamento é, no essencial, uma recomendação para que o Governo faça uma estratégia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é verdade!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Não define metas, não identifica financiamento, não estabelece uma única medida concreta, não cria um único direito novo para as famílias portuguesas. É, no fundo, um «faça-se!».

Porém, os registos desta Casa têm memória e, quando esta Assembleia discutiu medidas concretas do Livre para apoiar as famílias, o CDS votou contra.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Bem lembrado!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É verdade! Eu também votei contra!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Votou contra o alargamento do abono de família.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É verdade!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Votou contra a clarificação do conceito de agregado monoparental para garantir que mais famílias acedem aos apoios.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Votou contra o aumento das deduções das despesas de educação.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Contra tudo!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Votou contra o reembolso do IVA (imposto sobre o valor acrescentado)…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Contra as famílias!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — … sobre bens essenciais para famílias de baixos rendimentos…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ora bem!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — … e votou contra medidas de conciliação entre a vida profissional e familiar, como a semana de quatro dias. E, ainda no passado dia 12 de junho, o CDS votou contra o Projeto de Lei n.º 654/XVII/1.ª, apresentado pelo Livre, que reforçava as deduções à coleta em IRS por dependente.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem lembrado!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Era um projeto abrangente, beneficiava todas as famílias com filhos e não apenas as que têm três ou mais dependentes e era, sobretudo, mais coerente com a realidade demográfica do País.

O bloqueio demográfico, em Portugal, não acontece quando os casais ponderam ter um terceiro filho; acontece muito antes, quando muitos desistem do primeiro ou do segundo filho, por causa da habitação, da precariedade, da falta de creche…

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Exatamente!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — … e da dificuldade em conciliar trabalho e família.

Por isso, Sr. Deputado, como explica o CDS a milhares de famílias com um ou dois filhos que votou contra um reforço das deduções que as abrangia e apresenta agora uma proposta que as exclui?

Aplausos do L.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E diz o CDS que é o partido da família!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não é de todas!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio. Tem 3 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ricardo Aires, respondendo-lhe diretamente, quero dizer-lhe que o Sr. Deputado tem razão, a quebra de natalidade não tem uma única causa, é um problema complexo e que envolve várias dimensões.

Por isso, nós criámos uma medida específica para responder a uma questão concreta, que tem a ver com a renovação de gerações e permitir que as famílias portuguesas possam ter os filhos que, efetivamente, desejam e incluímos também uma estratégia nacional para a natalidade, que está aberta ao contributo de todos os partidos, no sentido de criar um ambiente pró-natalidade, pró-família e pró-demografia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas o Sr. Deputado também tem razão, porque as medidas que este Governo e esta maioria têm adotado, designadamente direcionadas para os jovens, são medidas fundamentais para responder ao problema da natalidade.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

O IRS Jovem, que permite aos jovens portugueses terem dos melhores e mais competitivos regimes fiscais a nível europeu, ao nível do imposto sobre o rendimento,…

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … e a isenção de IMT, para que 100 000 jovens já tenham comprado casa, são medidas fundamentais para respondermos à crise da natalidade e à crise da constituição de famílias em Portugal.

Sr. Deputado Alfredo Maia, o PCP é que não nos engana, e não nos engana há muito tempo,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … não nos engana pelo menos desde 1974.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — 1848!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Eu sei que o PCP foi criado antes de 1974, mas desde que o CDS existe, o PCP nunca nos enganou.

O PCP é daqueles partidos que acha que o Estado precede a família e que a família é uma espécie de concessão ou de criação do Estado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso! É verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E quando a família não está de acordo com o Estado, é daqueles partidos que acha que o Estado deve retirar as crianças às famílias,…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … porque o Estado é que é o grande educador do povo.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Nós não temos nada a ver com isso, Sr. Deputado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso mesmo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O que posso dizer, Sr. Deputado — e esta foi a sua pergunta —, aos milhões de portugueses que beneficiaram de um aumento de 14 % no salário líquido nos últimos dois anos, é que vamos continuar esta política e estes portugueses vão continuar a melhorar o seu rendimento líquido desde que o Governo da AD tomou posse.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Oh, vê-se bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Finalmente, Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, tem de ler com mais atenção as nossas propostas.

A Sr.ª Deputada começou por dizer que o CDS não apresenta nenhuma medida concreta. É logo o primeiro projeto de lei, Sr.ª Deputada. Nós temos uma medida concreta, e eu espero que o Livre, enfim, na sua complexidade, consiga chegar a uma solução simples de apoiar uma proposta que visa, precisamente, permitir que os portugueses possam ter os filhos que querem…

Protestos da Deputada do L Patrícia Gonçalves.

… e, ao mesmo tempo, reforçar e rejuvenescer as nossas famílias e contribuir para responder ao gravíssimo problema de natalidade que Portugal enfrenta.

Espero mesmo que o Livre tenha esta capacidade.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Vamos lá às contas!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Também quero dizer-lhe outra coisa: o Livre aproveita estes debates para falar de pobreza, de habitação, mas raramente fala de natalidade. Este é um debate sobre natalidade.

Protestos do L.

Apelo e desejo que o Livre fale sobre natalidade, que é o que os portugueses estão à espera neste debate.

Aplausos do CDS e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar as iniciativas do Livre, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Sempre que falamos de natalidade, tendemos a olhar para os números, para a taxa de fecundidade, para o envelhecimento da população, para a renovação das gerações.

Esses números são importantes, mas este debate não pode começar aí; deve começar nas crianças, porque cada criança representa um projeto de vida,…

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Ah é?

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — … uma família que decidiu cuidar, educar e investir no futuro, e cada criança deve ter as mesmas oportunidades para crescer, aprender e desenvolver o seu potencial, independentemente da família onde nasceu — é essa a perspetiva do Livre.

Portugal enfrenta um desafio demográfico sério, mas há um dado que importa não esquecer: os portugueses continuam a dizer que gostariam de ter mais filhos, mais filhos do que aqueles que acabam por ter, e é por isso que uma política para a natalidade não pode limitar-se a aumentar estatísticas; tem de criar condições para que quem deseja ter filhos o possa fazer e para que todas as crianças tenham oportunidades semelhantes, desde o início da vida.

A verdade é que uma política de natalidade exige muito mais do que benefícios fiscais parcelares. Exige habitação acessível para os jovens; exige creches disponíveis; exige horários de trabalho compatíveis com a vida familiar;…

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

… exige emprego estável e salários que permitam planear o futuro com confiança; exige serviços públicos fortes; e exige também uma política fiscal que reconheça verdadeiramente o custo de criar filhos.

A própria OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) tem vindo a mostrar que os países que conseguiram atenuar o declínio da natalidade não o fizeram através de uma única medida. Combinaram políticas fiscais, apoios diretos às famílias, serviços de infância acessíveis, igualdade entre mulheres e homens no trabalho e nos cuidados e estabilidade das políticas públicas. É, precisamente, essa versão integrada que o Livre defende.

Apresentamos hoje duas iniciativas, não porque a fiscalidade resolva, por si só, os desafios que as famílias enfrentam, mas porque pode fazer parte da solução e contribuir para reduzir desigualdades e para apoiar melhor quem decida ter filhos.

As desigualdades não começam na entrada no mercado de trabalho; começam muito antes, na infância, e sabemos que a pobreza infantil tem consequências duradouras na saúde, na aprendizagem, nas qualificações e nas oportunidades ao longo da vida.

É precisamente para responder a esse problema que apresentamos um projeto de lei para a criação de um crédito fiscal que incentiva a natalidade, apoia as famílias e combate a pobreza infantil.

O atual sistema de deduções por dependente deixa de fora, precisamente, muitas das famílias que mais precisam dele, porque uma dedução só beneficia quem paga imposto suficiente para a utilizar. Na prática, isto significa que uma família de baixos rendimentos pode receber pouco ou nenhum apoio fiscal, apesar de enfrentar maiores dificuldades para criar os seus filhos.

Ora, uma criança não vale menos porque nasceu numa família com menos recursos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E não merece ser abortada!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — É por isso que propomos transformar a atual dedução por dependente num verdadeiro crédito fiscal reembolsável.

Aplausos do L.

Sempre que o valor da dedução ultrapasse o IRS devido, essa diferença passa a ser paga às famílias.

Reforçamos, igualmente, o apoio às crianças até aos 3 anos e introduzimos uma majoração para os agregados dos dois primeiros escalões de rendimento. É uma medida de justiça fiscal e é também uma medida de combate à pobreza infantil e de promoção da igualdade de oportunidades.

E não, não estamos a propor um salto no desconhecido. Inspirámo-nos na experiência do Canadá, onde o *Canada Child Benefit* contribui para reduzir significativamente a pobreza infantil sem diminuir a participação dos pais, nomeadamente das mães, no mercado de trabalho.

Há evidência de que é possível apoiar melhor as famílias e as crianças sem criar os efeitos negativos que tantas vezes são evocados — façamo-lo.

Aplausos do L.

O outro projeto de lei que apresentamos, para a atualização e majoração do limite de dedução de despesas de educação, complementa esta visão. Criar filhos implica custos que aumentam com a idade e que não diminuem porque existem mais irmãos. Por isso, atualizamos as deduções das despesas de educação e formação, aumentamos os respetivos limites e introduzimos uma majoração em função da dimensão do agregado familiar, porque uma fiscalidade justa também deve reconhecer o verdadeiro custo de educar uma criança.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Sr.as e Srs. Deputados, o CDS tomou hoje a iniciativa deste debate em nome das famílias, mas este debate exige coerência, porque defender as famílias não pode ser apenas um discurso e tem de ser uma prática política. É que quando chegaram ao Parlamento medidas concretas do Livre para apoiar as famílias, o CDS escolheu, quase sempre, votar contra.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Essa é que é essa!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Votou contra o alargamento do abono de família; votou contra o reforço das deduções relativas aos dependentes; votou contra o aumento das deduções das despesas familiares e educação; votou contra o reforço do apoio às famílias monoparentais;…

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Eh pá, respira!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — … votou contra o reembolso a 100 % do IVA dos bens essenciais para as famílias de menores rendimentos; votou contra a criação de uma rede de creches universal e gratuita e o reforço

da oferta de vagas gratuitas para a primeira infância. E mais: votou contra a primeira iniciativa legislativa cidadã…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Eh pá, o que é isso, cidadã?!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — … para o alargamento da licença parental; absteve-se na segunda ILC (iniciativa legislativa de cidadãos) e, em conluio com o PSD, procurou atrasar o processo na especialidade.

Aplausos do L.

Protestos de Deputados do CH e do CDS-PP.

É legítimo perguntar ao CDS: quando fala de famílias, de que famílias é que está a falar?

Aplausos do L.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — De todas!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — É que defender as famílias não é fazer um debate por ano, mas sim votar a favor das medidas que melhoram a vida de todas as famílias e de todas as crianças e lhes dão futuro.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Pedia às Sr.as e Srs. Deputados o favor de terem alguma contenção nas conversas, porque a soma de todas dá um ruído na Sala que torna difícil ouvir o orador e é sempre desagradável interromper um pensamento.

Tem dois pedidos de esclarecimento, Sr.ª Deputada, a que, presumo, responderá em conjunto.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Isabel Ferreira, do PSD, para o primeiro pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a baixa natalidade é uma séria ameaça à sustentabilidade da Segurança Social e coloca em risco o pagamento das pensões de hoje e de amanhã. E é por reconhecer esta realidade que o Governo da AD coloca as famílias, os trabalhadores e os jovens no centro da sua ação governativa.

Por isso, pergunto, Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves: é ou não verdade que aumentámos o salário mínimo nacional, reduzimos o IRS, e atualizámos os escalões, contribuindo para que os portugueses disponham de maior rendimento no final do mês?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — É mais ou menos!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Será?!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — É ou não verdade que reforçámos o IRS Jovem, permitindo que milhares de jovens mantenham a maior parte do rendimento do seu trabalho na fase de vida em que tomam decisões sobre habitação, casamento e parentalidade? É ou não verdade que reforçámos o incentivo para a compra da habitação, isentando os jovens do pagamento de IMT…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Graças ao Chega!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — … e do imposto do selo e concedemos uma garantia pública para os seus empréstimos à habitação?

Vozes do PSD: — É verdade!

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — É ou não verdade que demos previsibilidade aos programas de apoio às rendas, cujo número de jovens a usufruir tem aumentado?

Aplausos do PSD

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

É ou não verdade que reforçámos a gratuitidade das creches, aumentámos as ofertas das vagas, reduzimos o IVA em produtos essenciais para bebés e aumentámos o abono de família?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — É ou não verdade que alargámos a licença parental paga? É ou não verdade que aumentámos os valores da ação social para os estudantes do ensino superior?

Pois é, Sr.as e Srs. Deputados, aquilo a que assistimos aqui hoje não é oposição responsável,…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Uma oitava abaixo!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — … é puro oportunismo político. Rejeitam as soluções votando contra estas medidas no Orçamento do Estado e na reforma laboral, mas depois exigem resultados.

Este populismo, adotado pelos partidos da oposição, do sim e não, do querer tudo e o seu contrário, é perigosa para o País e é reflexo da sua completa irresponsabilidade política, que anda ao sabor das sondagens e dos humores das redes sociais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — É que governar não é fazer promessas irresponsáveis, governar é ter a coragem de dizer a verdade aos portugueses e garantir que o País não paga amanhã o preço da irresponsabilidade da demagogia populista de hoje.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Madalena Cordeiro, do Chega.

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Portugal tem falta de políticas ativas em defesa da família. Mas, também, o que é que seria de esperar de uma sociedade que não valoriza a vida, que ignora a família e que olha para as pessoas e para os relacionamentos de forma instrumental? É isto que acontece depois de anos de governos que seguiram agendas antinatalistas.

Em Portugal, os jovens não conseguem tornar-se independentes, não conseguem inspirar a comprar uma casa, a construir o seu lar e a realizar aquilo que lhes é mais natural: constituir família. E a realidade é que nunca houve verdadeira vontade política para resolver isto mesmo.

Os senhores vêm hoje aqui para este debate como se estivessem muito preocupados com a natalidade, mas a verdade é que prestam um péssimo serviço às famílias todos os dias: reduzem as mulheres ao estatuto de vítima e os homens ao estatuto de agressores;…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — … preocupam-se mais em colocar uns contra os outros, em vez de promover famílias saudáveis;…

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — … apresentam a maternidade como uma opressora, a família como uma realidade retrógrada e a ideia de que as mulheres têm de deixar de trabalhar para que possam ser mães.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — E quando alguém não concorda convosco, chamam-lhe retrógrado, extremista, fascista, e todos os «istas» que nos gostam de chamar.

Aplausos do CH.

Precisamos de uma verdadeira perspetiva de família. Por exemplo, como valorizaria este Parlamento uma mãe que queira dedicar o seu tempo aos seus filhos? Provavelmente, diriam que é um retrocesso inadmissível nos direitos das mulheres. E depois gostam, precisamente, de dizer que são os maiores defensores dos direitos das mulheres. Mas, Srs. Deputados, não há nada mais ofensivo para as mulheres, não há nada que atente mais contra os direitos das mulheres do que dizer que o pilar da igualdade é, por exemplo, a contraceção; do que dizer que, para termos direitos iguais aos homens, temos de contrariar a nossa natureza,…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — … que temos de negar e abolir tudo aquilo que tenha que ver com a feminilidade.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Falam tanto em direitos em saúde sexual e reprodutiva que, com esse título, poderíamos achar que querem apoiar na maternidade, ajudar as mulheres na sua fertilidade, acompanhar as mulheres durante a gravidez, mas, em vez disso, é tudo o seu contrário: promovem o aborto como uma medida de planeamento familiar e olham para a maternidade como um obstáculo que retira liberdade às mulheres.

Aplausos do CH.

A pergunta que deixo, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, é: quando é que vão verdadeiramente defender que as mulheres devem ser mulheres, que as famílias podem ser famílias, que toda a vida tem dignidade e que, acima de tudo, toda a vida é um dom que deve ser respeitado, amado e promovido?

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Ana Isabel Ferreira, não deve conhecer a realidade do País,…

Vozes do PSD: — Ah!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — … o tempo que as pessoas gastam no trabalho e não estão com os filhos, o dinheiro que falta ao fim do mês para pagarem as contas, a falta de habitação e de sítio para morar.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Pão, habitação e diversão; é o Livre!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr.ª Deputada Madalena Cordeiro, está muito confusa.

Vozes do CH: — Oh!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Nota-se!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Ah, o Livre não!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — O Livre o que quer é mulheres livres, com condições para poderem escolher a vida que quiserem…

Aplausos do L.

… e não serem reduzidas ao papel a que o Chega quer que as mulheres sejam reduzidas. É isso, Sr.ª Deputada.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, e o Livre responder a alguma pergunta? Está quieto, não sabem responder! Só respondem no ChatGPT!

O Sr. **Presidente**: — Para a próxima intervenção, de apresentação do Projeto de Resolução n.º 1054/XVII/1.ª e do Projeto de Lei n.º 674/XVII/1.ª, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa Matos, do Partido Socialista.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Começo por endereçar uma palavra de solidariedade e de pesar ao povo da Venezuela, por causa do trágico sismo que se abateu sobre esse território.

Sr. Presidente, a família é, muitas vezes, usada como um objeto de arremesso político.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pela esquerda!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Afinal, é um objetivo tão precioso para tantos,…

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E é!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — … é um objetivo que, eu próprio, realizarei dentro de semanas. Mas porque é que tantos que o desejam não o realizam? É verdade que há razões de saúde e há tanto a fazer para que a carteira ou a ideologia não sejam condições de acesso à procriação medicamente assistida. Mas há, sobretudo, razões económicas, de precariedade, de falta de habitação e de baixos salários.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso é culpa de quem?!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Portugal tem vindo a reduzir a sua precariedade. E foi mesmo na passada sexta-feira que derrotámos um pacote laboral que voltava a abrir a porta aos contratos a prazo, às semanas de 50 horas e aos fins de semana desregulados.

Já na crise da habitação, Portugal tem marcado passo. Os preços da habitação estão a subir ao ritmo mais elevado de sempre — de sempre!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Desde 2015!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — O Governo desfez as reformas que funcionavam e agora vem vangloriar-se com uma garantia pública de compra de habitação para os jovens que chegou a quem? A 4 % dos jovens apenas. Enquanto os municípios enfrentam mais entraves que nunca à construção da habitação pública e o setor da construção nunca viu tanta instabilidade fiscal.

Mas, a verdade, Srs. Deputados, é que hoje falamos do rendimento dos pais e ainda ontem tivemos uma novidade preocupante: o crescimento dos salários em Portugal está a abrandar.

Protestos da IL e de Deputados do PSD, do CH e do CDS-PP.

Quando o PS deixou o Governo, as remunerações das empresas cresciam 12 %, Srs. Deputados. Agora, com a AD a governar cresce em apenas 7 %, com a inflação a crescer. É este o resultado.

Aplausos do PS.

Se queremos uma política de natalidade, mais do que uma política fiscal, precisamos de uma política salarial, de um choque salarial. Mas qual é, então, o papel da política fiscal?

Há dias, debatíamos nesta Câmara — até por proposta da Iniciativa Liberal — o regresso do quociente familiar. É uma fórmula antiquada que fazia valer mais no IRS os filhos de quem tem rendimentos mais altos do que os filhos da classe média, de quem mais precisa.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Que parvoíce!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Felizmente, o PSD também abriu os olhos e essa proposta foi derrotada.

Ironicamente, vemos hoje o Sr. Deputado Paulo Núncio, o pai do quociente familiar,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O pai?!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — … a defender um aumento do instrumento que o veio substituir, a dedução por filho, criada pelo PS em 2016. Bem-vindo, Sr. Deputado Paulo Núncio.

Aplausos do PS.

As boas ideias vingam e esta está cá mesmo para ficar. É que em 2024, 1 milhão e 200 mil famílias beneficiaram desta dedução, representou 980 milhões a mais nos bolsos das famílias. O PS criou a dedução por dependente e aumentou-a — aumentou-a em 2017, em 2020, em 2022 —, reforçando o valor e majorando o seu valor no segundo filho e seguintes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Porque é que será?!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Hoje, o que é que o CDS faz? Bom, faz um projeto que visa aumentar a dedução apenas do terceiro filho, de 150 € para 600 €,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Porque será?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — … e dos seguintes 150 € para 300 €. Bom, congratulamo-nos ao ver o CDS rendido a uma medida que, a nós, nos diz tanto.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

Mas vale a pena perguntar: será mesmo 1,23 € por dia que vai convencer uma família a ter um terceiro filho?

Aplausos do PS.

Ou será preciso uma política de habitação mais eficaz? Ou será preciso uma política salarial mais ambiciosa? Será que não é preciso mesmo salvaguardar o Programa Creche Feliz, numa altura em que o Governo da AD impõe novas regras que estão a fazer as creches saírem do programa e a deixarem milhares de famílias angustiadas com o seu futuro? Será que não é preciso mesmo apoiar as famílias nos custos dos combustíveis, nos custos dos alimentos, como fez Governo do PS, em 2022, perante semelhante crise inflacionista?

Protestos da Deputada Carla Barros do PSD.

Há medidas, Srs. Deputados, que contam muito mais no orçamento familiar, na decisão de ter um filho, do que este 1,23 € por dia que o CDS tem a ousadia de nos propor.

Olhe, por exemplo, os manuais gratuitos, os passes únicos, entre tantos outros, Sr. Deputado. E isso é especialmente verdade para quem não ganha o suficiente para pagar IRS. São 45 % das famílias.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não é por serem privilegiadas, mas é porque nós toleramos uma economia de baixos salários.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Eram vocês que a criavam!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Ah!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Foi por isso que, em 2022, criámos a Garantia para a Infância; e reforçámos o abono de família para, pelo menos, 600 € anuais, foi por isso que tornámos o abono de família automático, e foi também por isso que criámos o complemento da Garantia para a Infância: para proteger quem não recebe abono de família nem tem coleta bastante para beneficiar plenamente da dedução por dependente.

Hoje, ao estarmos a aumentar a dedução por dependente, não nos podemos mesmo, Srs. Deputados, esquecer destas famílias. Não podemos contar só com os filhos de alguns, não podemos dar mais aos filhos de quem tem mais e deixar para trás os filhos de quem mais precisa, é preciso também ajustar o complemento da Garantia para a Infância.

Aplausos do PS.

É isso que o Partido Socialista propõe, aumentar este valor para os valores da dedução por dependente em vigor. Se ela aumentar, como propõe o CDS, então que também aumente este complemento da Garantia para a Infância. É por isso que queremos que o Governo avalie esta medida e publique informação sobre a sua aplicação.

Srs. Deputados, o complemento da Garantia para a Infância foi um marco na articulação entre o sistema fiscal e a proteção social. É verdade que corrigiu a regressividade, que fez tantos benefícios fiscais só chegarem a alguns, e mostrou que em Portugal também podemos ter deduções que funcionam para todos, como sucede em 13 países da OCDE, com créditos fiscais reembolsáveis.

Ora, está mesmo na hora de fazermos chegar este modelo a outras deduções, às deduções com despesas de educação, de saúde, com lares.

Sr. Presidente, hoje é mesmo a prova do algodão. Já abandonámos o quociente familiar, já reforçámos o abono de família, já reforçámos a dedução por dependente…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Estava tudo feito!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — … e, porventura, hoje, neste debate, vamos voltar a fazê-lo mais uma vez.

É hora de fazer política para a classe média.

Protestos do PSD.

É hora de aumentar o complemento Garantia para a Infância. É hora de dar aos portugueses condições de serem pais no seu País. Não pelo Luís, mas pelos milhares de casais que não podem ter o seu Luís.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem três pedidos de esclarecimento a que, presumo, responderá conjuntamente. Não é, Sr. Deputado?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para o primeiro pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Rodrigo Taxa, do Chega.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Miguel Matos, o Partido Socialista junta-se hoje a nós para debater temas sérios como a natalidade e a pobreza infantil, em particular no que respeita ao melhoramento, fiscalização, monitorização, avaliação e transparência do complemento Garantia para a Infância. Srs. Deputados, nada contra. Esta pretensão é positiva.

Aliás, estivesse assim o PS tão preocupado em fiscalizar, monitorizar e aferir a transparência de todos os apoios que o Estado paga e o País estaria, com certeza, bem melhor.

Vozes do CH: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Mas este é um debate de águas mais fundas, onde o PS só entra de braçadeiras.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — De escafandro!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Quando dizemos que as famílias enfrentam dificuldades e, em muitos casos, pobreza infantil, muita dessa pobreza infantil…

Protestos do Deputado do PS Pedro Delgado Alves e do Deputado do PCP Alfredo Maia.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — … decorre exatamente de decisões governamentais más…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — … ou simplesmente da incapacidade em decidir, que é uma especialidade dos governos socialistas.

Aplausos do CH.

Ter filhos é indubitavelmente uma decisão profundamente pessoal, mas as condições para ter filhos devem também ser asseguradas pelo Estado — pelo menos, se não apoiar, então também não empate.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — É, de resto, por isto que o número de filhos que as pessoas desejam ter é uma coisa e aqueles que concebem é outra bem diferente.

Em Portugal, a natalidade e as condições de vida das nossas crianças estão há muito prejudicadas pelas condições fiscais, salariais e pela precariedade das famílias. Fiscalizar, já o disse, é importante, mas bater em medidas erradas não resulta.

Para acabarmos com a pobreza das crianças, temos de acabar com a pobreza dos pais e, se não acabarmos com uma, não acabamos com a outra. Para isso, não podemos continuar no caminho traçado e temos de mudar o rumo.

É fácil resolver isto, Srs. Deputados. Baixemos os impostos a sério, resolvamos o problema da habitação, legislemos com vista a melhores salários e façamos também uma reforma laboral séria, que não aumente a precariedade.

Srs. Deputados, a minha pergunta é, por isso, só uma, que se aplica a PS e PSD: estão prontos para admitir que falharam ou vão continuar no mesmo erro e não se juntam a nós?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Manuela Carvalho, do PSD.

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Costa Matos, o Partido Socialista recomenda ao Governo que faça aquilo que este Governo tem vindo a fazer, e muito bem: executar, acompanhar e avaliar o complemento Garantia para a Infância.

Recomenda uma avaliação, mas parece esquecer que já existe o compromisso de elaborar, de dois em dois anos, um relatório de progressos sobre a execução do Plano de Ação da Garantia para a Infância.

A oradora exibiu o documento que mencionou.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não sabia!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Mas o combate à pobreza infantil não é um concurso de autoria, nem determina o momento em que uma medida é criada.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Por isso, pergunto: reconhece ou não que o Governo da AD tem mantido a promoção dos direitos, o bem-estar e a proteção das crianças e jovens no centro das políticas públicas? Reconhece ou não que este Governo assegurou a continuidade das medidas, majorou os apoios nas respostas à creche e prosseguiu a sua execução com a adenda ao compromisso de cooperação para o setor social e solidário 2025 e 2026?

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Sr. Deputado Miguel Costa Matos, quando chegámos ao Governo, em 2024, alargámos o Programa Creche Feliz, permitindo às famílias recorrer gratuitamente a creches privadas, quando não exista a vaga na rede social e solidária.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Já estava em vigor antes disso, Sr.ª Deputada!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Entre março de 2024 e janeiro de 2026, o programa ganhou mais 16 800 vagas. Em janeiro de 2026, mais de 128 500 crianças frequentavam gratuitamente uma creche.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — E a comparticipação mensal do Estado por criança passou para mais de 551 €, em 2026.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Essa é que é essa!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — A tudo isto, somam-se a atualização do abono de família, o reforço da ação social, as refeições escolares. Estas medidas são ou não são instrumentos concretos de combate à pobreza infantil?

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Há ainda um dado que não pode ser ignorado. Em 2025, a taxa de privação material e social das crianças até aos 17 anos desceu para 9,5 %, o valor mais baixo desde 2021.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Por isso, concluo dizendo: deixem o Governo trabalhar!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Costa Matos, o Sr. Deputado tem razão quando diz que a crise da natalidade tem várias razões.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A abstinência?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Desde logo, a habitação e a crise que o País sofreu, desde 2017, por causa do Governo do Partido Socialista,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … com a estagnação do rendimento das famílias, que também começou no Governo do Partido Socialista.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Bem lembrado!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas, Sr. Deputado, faço este pedido de esclarecimento principalmente por causa do quociente familiar. O Sr. Deputado referiu o quociente familiar e disse que fui o responsável, tendo

até utilizado a expressão «o pai do quociente familiar». De facto, fui o responsável pelo quociente familiar, mas não fui o pai do quociente familiar. Sou pai de quatro filhos — se quiser, eu depois explico-lhe a diferença —,…

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Eh pá!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … mas não sou pai do quociente familiar.

Risos do Deputado do PS Miguel Matos.

Protestos de Deputados do PS.

Esta reforma de 2015 introduziu, de facto, o quociente familiar, seguindo uma boa política fiscal francesa que levou a que França fosse considerada, durante muitos anos, um exemplo e uma referência em termos de políticas fiscais familiares.

Mas o meu ponto não é a sua ignorância; o meu ponto é a sua falsidade. O Sr. Deputado disse, a certa altura, que o quociente familiar beneficiou principalmente as famílias com mais rendimentos, em detrimento das outras famílias, designadamente das famílias da classe média.

Ó Sr. Deputado, isso é falso! E não sou eu que o digo, são as estatísticas da Autoridade Tributária, nomeadamente o mapa 40-A da liquidação do IRS, relativamente a 2015.

O orador exibiu o documento que mencionou.

Todos os escalões de rendimento em 2015 — que foi o ano da reforma — beneficiaram de uma redução. Mas quais foram os escalões que beneficiaram mais da introdução do quociente familiar? Foram precisamente as famílias da classe média. Por isso, Sr. Deputado, foram esses que beneficiaram mais do quociente familiar. E o quociente familiar, por essa razão, beneficiou fundamentalmente as famílias da classe média e não as famílias ricas, como o Sr. Deputado disse.

Sabe, Sr. Deputado, uma mentira dita muitas vezes não se torna verdade; qualifica apenas a pessoa que emitiu essa mentira como mentiroso. Por isso pedia-lhe que, no tempo que tiver, corrigisse esse erro.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa Matos.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, sei que o seu partido, e em particular a sua juventude partidária, defende a abstinência sexual como grande estratégia para a educação sexual.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

Mas o Sr. Deputado não tem de defender a abstinência dos factos. Deixe de se abster de factos, porque os factos demonstram cabalmente que o quociente familiar beneficia desproporcionalmente as famílias com rendimentos mais elevados.

O Deputado do CDS-PP Paulo Núncio exibiu uma folha com uma tabela.

E se o quociente familiar fosse assim tão bom, o Sr. Deputado, em vez de propor o reforço da dedução por dependente, tinha proposto, afinal, o reforço e o regresso do quociente familiar.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Está aqui! Olhe aqui! É a Autoridade Tributária a falar!

O orador exibiu o documento que mencionou.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — As suas ações dizem muito mais, Sr. Deputado, do que as suas palavras.

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Olhe aqui!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr.ª Deputada Manuela Carvalho, andou aí a acenar com o do Plano de Ação da Garantia para a Infância. Sabe de quem é o complemento Garantia para a Infância, não sabe? É de um Governo do Partido Socialista.

Vozes do PS: — Claro!

Protestos do PSD.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E teve a ousadia de dizer que a medida Creche Feliz foi alargada aos privados no tempo do seu Governo?!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Foi o PS, claro!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Peço desculpa, vá ver o que diz a Associação de Creches e Pequenos Estabelecimentos de Ensino Particular porque, na verdade, quem alargou foi o Governo do Partido Socialista. Quem está a fazer com que as creches privadas saiam da medida Creche Feliz é mesmo o Governo da AD, com essas novas regras, abstrusas, que estão a deixar milhares de famílias angustiadas pelo País fora.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O que sei — a Sr.ª Deputada aparentemente ainda não sabe, mas recomendo que vá ao terreno, ouvir as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) — é que, neste momento, as IPSS estão com a corda na garganta porque o Governo da AD não lhes está a pagar a restituição do pelas obras do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência).

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

Na verdade, o Governo da AD está já a pedir a devolução do dinheiro das obras do PRR, sem lhes dar quaisquer garantias de que elas vão poder concluir as creches com o reforço da oferta, que é necessário.

Por isso, Sr. Deputado Rodrigo Taxa, de facto, é preciso olharmos para ver como podemos combater a pobreza infantil e combater a pobreza dos pais. No Partido Socialista, temos muito orgulho por termos tirado muitas centenas de milhares de portugueses da pobreza com as nossas políticas,…

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado da IL Rui Rocha.

… com um crescimento económico acima da média da União Europeia, com o aumento do salário mínimo.

Pergunto: o que é que houve assim de tão errado nos manuais gratuitos, nas creches gratuitas e nas políticas que o Partido Socialista implementou? Sim, com um fito: aumentar a natalidade em Portugal!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar para o próximo orador, o Sr. Deputado Filipe Sousa.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Para uma interpelação à Mesa relativamente à condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é para pedir que seja distribuído um documento que consta do Portal das Finanças, nomeadamente das estatísticas da AT (Autoridade Tributária).

É o mapa 40-A, com a taxa média efetiva por escalão do rendimento bruto relativa ao ano 2015, ano precisamente da introdução do quociente familiar. Como disse na minha intervenção, houve uma redução de todos os escalões da taxa efetiva de tributação,…

O Sr. **Presidente**: — É para juntar aquilo que já foi referido, não é, Sr. Deputado?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … mas em particular dos escalões que representam a classe média.

O Sr. **Presidente**: — Já referiu isso, Sr. Deputado. Isso é um tempo extra, que já não tem, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É pena que o Sr. Deputado não tenha aproveitado para corrigir a mentira que disse muitas vezes.

O Sr. **Presidente**: — Faça chegar à Mesa que será distribuído.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Permitam-me uma primeira palavra, para expressar a profunda solidariedade ao povo irmão venezuelano que, neste momento de aflição, está a sofrer muito com esta catástrofe que assolou recentemente aquele país.

Há muito que ouvimos falar da importância da natalidade e do apoio às famílias. Mas a verdade é que, para muitas famílias portuguesas, ter filhos tornou-se um enorme desafio financeiro. Os custos da habitação, alimentação, saúde, educação e cuidados infantis continuam a aumentar, pressionando cada vez mais os orçamentos familiares.

Perante esta realidade, não é justo que as famílias com filhos sejam tributadas da mesma forma que agregados familiares com igual rendimento, sem que estas responsabilidades acrescidas lhes sejam imputadas.

Quem assume o desafio de criar e educar as futuras gerações está a contribuir para o futuro do País e merece o nosso profundo reconhecimento. Por isso defendemos a criação de um verdadeiro quociente familiar no IRS, que tenha em conta o número de dependentes e a composição do agregado familiar, tornando o sistema fiscal mais justo, mais equilibrado e mais próximo da realidade das famílias portuguesas.

Por outro lado, quero salientar que a justiça social não chega a muitas famílias.

É fundamental reforçar os apoios à gravidez, à natalidade e à primeira infância. Os primeiros anos de vida de uma criança representam um período de grande experiência para as famílias e os apoios existentes nem sempre acompanham o aumento do custo de vida. Defendemos o reforço do abono de família, do abono pré-

natal e dos apoios às famílias monoparentais e numerosas, bem como a criação de um complemento específico para a primeira infância. Defendemos igualmente menos burocracia e mais eficiência, garantindo que os apoios chegam automaticamente às famílias sempre que a informação já exista na Administração Pública.

Se queremos responder ao desafio demográfico que Portugal enfrenta, temos de passar das palavras aos atos. Apoiar as famílias não é uma despesa, é, acima de tudo, um investimento no futuro do nosso País. Sem famílias fortes não haverá seguramente crescimento económico, sustentabilidade da segurança social, nem um futuro próspero para todas as pessoas do nosso Portugal, do nosso País.

O futuro do País começa no apoio às famílias, e a escolha que aqui fazemos para o País é a de um forte compromisso no apoio às famílias, que aqui defendo, sem qualquer tipo de ideologia político-partidária e sem qualquer tipo de preconceito.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, para quando chegar à sua bancada.

Para esse efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Tavares, do Chega.

O Sr. **Pedro Tavares** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Filipe Sousa, Portugal enfrenta hoje uma das mais graves ameaças ao seu futuro: a crise demográfica. Temos cada vez menos crianças, menos jovens e um índice de fecundidade muito abaixo do necessário para assegurar a renovação das gerações.

Nesse sentido, saudamos a preocupação expressa pelo CDS-PP em colocar a natalidade no centro das prioridades nacionais, porque não há dúvidas de que estamos perante uma emergência demográfica. Quem tem filhos não está apenas a constituir uma família; está efetivamente a garantir o futuro da nossa nação.

Como tal, saúdo também o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, por apresentar duas iniciativas neste debate. Mesmo sendo Deputado único, conseguiu ir mais além do CDS-PP, que tem o dobro dos Deputados — um viu o que parece que dois não viram!

A problemática da natalidade exige uma política muito mais ambiciosa. Sem jovens, não há sustentabilidade da Segurança Social; sem crianças, não há renovação das gerações; e sem renovação das gerações, não haverá Portugal.

A natalidade não é uma despesa, é uma questão de sobrevivência nacional. O Chega entende que a natalidade exige uma verdadeira estratégia nacional e, falando no verdadeiro apoio às famílias, desafia o Governo a olhar para esta crise demográfica que assola Portugal com grande coragem e decisões mais arrojadas, para um futuro demográfico mais equilibrado.

O JPP identifica a necessidade de ir mais além do que o apresentado pelo CDS-PP, e bem. O Chega entende que devemos ir ainda mais além, porque não há dúvidas de que os Governos dos últimos anos não foram perspicazes nesta matéria.

Era mais do que previsível que este problema que debatemos hoje haveria de chegar. Tínhamos a maioria das famílias, nos anos 30, 40 e 50, com três, quatro, cinco e mais filhos; em poucas décadas, passámos a ter famílias com um ou dois filhos, e muitas sem nenhum. Isto passou ao lado de todos os Governos — ou então viraram-se para o lado, e logo se vê!

O PS, por sua vez, quando viu este problema à superfície, o que é que fez? Abriu as portas à imigração. Agora temos de vir nós fechá-las, e, ainda por cima, com dificuldades para o fazer.

Srs. Deputados, não pode ser a imigração a resolver o nosso problema demográfico. Tem de ser a natalidade portuguesa,…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Pedro Tavares** (CH): — … a bem da nossa nação.

Aplausos do CH.

Temos a responsabilidade de criar medidas urgentes e eficazes para aumentar a natalidade em Portugal.

Não tenho nenhuma questão específica, Sr. Deputado Filipe Sousa, apelo apenas ao voto na iniciativa do Chega.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Filipe Sousa tem 4 segundos, mais 15 de tolerância, para responder. Faça favor.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, muito rapidamente, quero dizer que as nossas iniciativas partiram precisamente da experiência autárquica que, durante 12 anos, desenvolvi, desde no apoio à infância até às bolsas de estudo, manuais escolares, apoio à saúde ou aquisição de medicamentos. Foi precisamente com esse espírito que as nossas iniciativas foram apresentadas hoje, nesta Casa, que espero que esteja à altura…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — … de acompanhar.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Eduardo Teixeira, do Chega, para a apresentação do Projeto de Resolução n.º 1082/XVII/1.ª.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começo por saudar, em nome do Chega — e associando-me às palavras iniciais do Sr. Presidente —, o povo venezuelano, após o sismo ocorrido, e em especial as nossas comunidades que estão na Venezuela.

Traz-nos hoje o CDS uma iniciativa fiscal com a bandeira de representar os contribuintes em geral, um pouco em consonância com o seu papel no passado, mas das palavras aos atos vai uma enorme diferença, Sr. Deputado. O CDS tem sido sempre capaz de traduzir no seu discurso a baixa fiscalidade, mas não o tem conseguido coadunar com a prática governativa. Na verdade, de partido do contribuinte, hoje, o CDS resume-se a ser o partido que só coloca o povo a contribuir para o despesismo, para a burocracia e para a inércia do Estado.

Fazendo o CDS parte deste Governo, é bom lembrar que estamos perante o maior esforço fiscal de todos os tempos. Ainda recentemente, o FMI (Fundo Monetário Internacional) sugeriu várias medidas de apoio ao alívio fiscal, para que o Governo arrepie caminho e vá num sentido bem diferente daquele que tem seguido.

Por isso surge o nosso projeto de resolução, que visa colocar Portugal e os portugueses em primeiro, combatendo o grave desequilíbrio demográfico e este esforço fiscal insustentável face ao nível de vida e ao rendimento real de quem trabalha ou, tristemente, sobrevive.

Assim, recomendamos ao Governo a criação de um plano integrado de promoção da natalidade e apoio às famílias. O País padece de natalidade reduzida e de um envelhecimento progressivo da população, sendo atualmente um dos países mais envelhecidos da União Europeia. Esta realidade tem consequências tristemente relevantes para a sustentabilidade da Segurança Social, para a economia, para a coesão territorial, sobretudo nas regiões do interior do País.

É um dever de responsabilidade do Estado.

Para responder a este desafio, é proposta a criação de um plano integrado de promoção da natalidade, assente em duas áreas fundamentais: a fiscalidade e a Segurança Social.

Do ponto de vista fiscal, pretende-se aumentar as deduções do IRS por dependentes, sobretudo a partir do segundo filho, criar benefícios adicionais para as famílias numerosas e rever alguns impostos relacionados com património, tendo em conta a dimensão do agregado familiar.

A nível da Segurança Social, sugere-se a reavaliação e o eventual aumento das prestações familiares, em casos muito críticos, a criação de incentivos à parentalidade e a redução da taxa social única em diferentes situações familiares.

O objetivo principal é reduzir os custos associados à parentalidade e, de forma imperiosa, facilitar a conciliação necessária entre vida profissional e familiar e reforçar os apoios à infância.

O crescimento demográfico é premente. É necessário apoiar as nossas famílias através de medidas concretas, de carácter fiscal e social. Não são só palavras, Sr. Deputado; é contribuir para um futuro mais sustentável para a pátria de que todos gostamos, que é Portugal.

Já dizia Benjamin Franklin que de duas coisas temos todos a certeza: da morte e de pagar impostos. Com esta natural evidência, é o momento imperioso de os reduzir, de os melhorar, fomentando o aumento urgente da taxa de natalidade em Portugal, porque, de facto, o nosso País precisa. É hora e é já.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Aproveito para felicitar o Sr. Deputado pelo seu dia de aniversário, que é hoje.

Aplausos do PSD, do CH, do CDS-PP e de Deputados do PS.

Como prenda, tem um pedido de esclarecimento da Sr.ª Deputada Adriana Rodrigues, do PSD.

Risos do PSD e do CH.

A Sr.ª **Adriana Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Eduardo Teixeira — os nossos parabéns! —, quando ouvimos o Chega falar de sustentabilidade demográfica, de Segurança Social e do futuro do País, somos obrigados a perguntar: afinal, em que direção sopra hoje o vento?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Adriana Rodrigues** (PSD): — Porque o problema desta iniciativa não é a intenção; é a falta de coerência do Chega.

Senão, vejamos: à quarta, anunciam disponibilidade para viabilizar a reforma laboral; à quinta, retiram a palavra dada e votam contra, porque o Governo recusou baixar a idade da reforma;

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Adriana Rodrigues** (PSD): — … à sexta, alertam para os riscos de envelhecimento demográfico e para a sustentabilidade da Segurança Social.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ainda não sabiam como iam votar!

A Sr.ª **Adriana Rodrigues** (PSD): — Sr. Deputado, os portugueses merecem saber qual é a vossa prioridade. É a sustentabilidade da Segurança Social? Ou é a conveniência política do momento?

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Não sabem!

A Sr.ª **Adriana Rodrigues** (PSD): — Porque aquilo a que assistimos, diariamente, neste Plenário, é a um verdadeiro cata-vento político, que muda de direção ao sabor da conveniência do momento. Mas neste caso, o vento não sopra das convicções, sopra dos algoritmos.

Quando a bússola de um partido deixa de apontar para os seus princípios e passa a apontar para algoritmos, o resultado é este: num dia falam da sustentabilidade da Segurança Social, no dia seguinte exigem medidas que a fragilizam; num dia assumem compromissos, no dia seguinte abandonam-nos quando a conveniência política muda.

Isto é política feita ao ritmo dos *likes*, dos *shares* e das sondagens. É a política do cata-votos, sempre pronto a bater com a mão no peito pelos portugueses ou a erguer o punho,…

Vozes da IL: — É!

A Sr.ª **Adriana Rodrigues** (PSD): — … mas incapaz de honrar a palavra dada.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Adriana Rodrigues** (PSD): — Essa falta de coerência reflete-se também nesta iniciativa. Depois de o CDS apresentar uma proposta concreta, o Chega apareceu com uma versão resumida, simplificada e apressada, como quem prepara um trabalho de véspera.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — E a proposta do PSD, onde está?!

A Sr.ª **Adriana Rodrigues** (PSD): — Srs. Deputados, os portugueses merecem uma resposta simples: quando falam de sustentabilidade da Segurança Social, estão a falar a sério? Ou estão apenas a falar para a próxima…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Eduardo Teixeira, faça favor, tem 2 minutos para responder.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, aproveito para lhe agradecer, a si e à Sr.ª Deputada Adriana, os parabéns que me desejaram.

De facto, uma boa prenda foi esta, Sr.ª Deputada: ter a oportunidade de lhe responder e de esclarecer de vez esta questão.

Risos de Deputados do PSD e da IL.

Ó Sr.ª Deputada, eu gostava que tivesse feito bem as contas e que, de alguma forma, tivesse aprendido com estes dois anos de Chega.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Oi?!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Quando o Chega traz uma proposta, as contas são muito bem feitas,…

Aplausos do CH.

Risos do PSD e da IL.

… são fundamentadas e são imperiosas para o desígnio que é Portugal.

Continuação de aplausos do CH.

Continuação de risos do PSD e da IL.

Sobre o combate ao despesismo, o FMI disse, nesta Casa, que há milhares de milhões —…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não disse!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — … nós sabemos, e já sabíamos, no Orçamento do Estado! Só na saúde, havia 2 mil milhões.

O FMI disse, nesta Casa, há cerca de um mês,…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não disse!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — … que 6 % da riqueza nacional é gasta em burocracia que tem de ser eliminada.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não disse nada disso!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — São 20 mil milhões.

Olhe, aquilo a que os senhores não conseguem responder: não é possível ter pessoas a receber reformas de 15 000 €, 20 000 €, 18 000 €, 12 000 € em Portugal! Há que limitar, há que criar um teto.

Aplausos do CH.

Não é possível continuar com as subvenções políticas. Isso representa mais de 10 milhões de euros!

Não é possível que um pai que tenha um filho deficiente receba 70 € e um imigrante que seja refugiado receba 300 € ou 400 €.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — É um palhação!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Há muito para cortar, há muito para racionalizar e nós não podemos, com base na esperança de vida, trabalhar até morrer.

Eu e o Chega preferimos que os portugueses tenham qualidade de vida, e essa qualidade de vida tem de voltar. Espanta-me que o PSD não queira eliminar aquela barreira que o Partido Socialista criou, que é a barreira da esperança de vida: 65 anos — ponto final —, 45 anos de trabalho.

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar agora para as intervenções.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de começar a intervenção, gostava de dirigir, em nome da bancada da Iniciativa Liberal — mas creio que falarei pelos 230 Deputados —, uma palavra de solidariedade para com o povo venezuelano e também para com os luso-venezuelanos, na sequência do trágico sismo que afetou a Venezuela.

Srs. Deputados, Portugal é um dos países com menor taxa de natalidade do mundo. Portugal é também dos países mais envelhecidos do mundo. Somos, na verdade, o 4.º país mais envelhecido do mundo.

Ora, podemos discutir taxas de fecundidade, de mortalidade ou de imigração, mas a pergunta essencial é esta: porque é que os portugueses deixaram de acreditar que podem ter filhos em Portugal?

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Fala por ti!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Uns dirão que é por causa dos salários, e têm razão; outros dirão que é porque não conseguem encontrar casa, e têm razão; outros ainda dirão que é porque não encontram creche ou vaga numa boa escola e porque não têm acesso, a tempo e horas, a cuidados de saúde, e também têm razão. Mas tudo isto seria ultrapassável se os portugueses tivessem esperança — esperança no seu futuro.

Mesmo num país com problemas na habitação, na saúde, na educação, na justiça e com baixos rendimentos, se houver esperança, há mais filhos. E ter um filho é, na sua essência, o maior ato de fé no futuro.

Srs. Deputados, Portugal não tem apenas uma crise de natalidade, tem sobretudo uma crise de esperança. Aos jovens da minha geração e das novas gerações não foi dada esperança, foi-lhes vendida uma ilusão: a

ilusão de que convergíamos com a União Europeia; a ilusão de que o País estava melhor; a ilusão da prosperidade.

Protestos do Deputado do PS Miguel matos.

O PS — e ponhamos nomes: António Costa, Mário Centeno — mentiu aos portugueses. Hoje, percebemos que o PIB (produto interno bruto) cresceu, mas que o PIB *per capita* estagnou. Ou seja, estamos cada vez mais longe do resto dos países para onde os nossos jovens emigram.

Pior, para se pertencer à classe média, em Portugal, basta ganhar 688 € líquidos, e, para se pertencer à classe alta, segundo a OCDE, basta ganhar 1836 € líquidos.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ou seja, Srs. Deputados, Portugal é um país tão pobre que até os ricos são pobres em Portugal. É este o legado do Partido Socialista e, na verdade, o PSD tem-se limitado a gerir esta decadência.

Srs. Deputados, não há política de natalidade que resista a um país que empobrece quem trabalha, bloqueia quem quer construir e desconfia de quem quer crescer. Por isso, sim, faz sentido aliviar fiscalmente as famílias, porque a família é o pilar fundamental de qualquer sociedade.

Mas o problema não começa no terceiro filho; começa, muitas vezes, antes do primeiro filho. Começa no salário, começa na renda, começa na prestação da casa. E por isso, dizemos: a melhor política de natalidade é a prosperidade; é baixar impostos sobre o trabalho; é deixar mais salário no bolso das famílias; é aumentar a oferta de habitação; é garantir liberdade de escolha na educação e nas creches; é permitir horários mais flexíveis; é libertar a economia, para que os salários possam crescer; é deixar de tratar cada família como uma fonte de receita fiscal e começar a tratá-la como aquilo que é, o nosso futuro.

Há quem prefira manter tudo como está. A montanha de imobilismo não quer mudar nada, mas nós não fomos eleitos para isso. Nós não fomos eleitos para gerir a decadência, nós não fomos eleitos para administrar a resignação, nós não fomos eleitos para deixar tudo como está. Nós fomos eleitos para quebrar a estagnação, fomos eleitos para devolver a esperança, fomos eleitos para criar um futuro, e a estagnação não tem de ser o nosso fado.

Portanto, Srs. Deputados, o mínimo que o Estado pode fazer é aliviar aqueles que, muito corajosamente, escolhem dar futuro a esta nação. O Estado não pode fazer filhos, mas pelo menos saia de cima.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados: O CDS agenda um debate sobre as questões da natalidade, mas a verdade é que tem passado ao lado das causas estruturais que levam a que as famílias não tenham o número de filhos que gostariam de ter e que, muitas vezes, adiem esse momento de ter filhos.

A verdade é que esta situação, que hoje vivemos no nosso país, não é de agora, mas resulta das opções da política de direita que os senhores defendem. Ouvindo as famílias, as causas identificadas para a baixa natalidade que temos no nosso país são os baixos salários, a precariedade, o desrespeito pelos direitos de maternidade e paternidade, os custos elevados com a habitação, as dificuldades em encontrar uma vaga numa creche. E sobre estas matérias, da parte do CDS, nem uma proposta que seja.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Ou seja, não só não há uma proposta como aquilo que defende ainda agrava esta situação.

Ainda na semana passada foi rejeitado, e bem, na Assembleia da República, o pacote laboral. Aquilo que trazia era mais precariedade; aquilo que trazia era obrigar as mães e os pais trabalhadores, com filhos menores, a trabalharem à noite, ao fim de semana e ao feriado.

Quando trouxemos aqui, como já foi dito, a proposta de criação de uma rede pública de creches, o CDS votou contra — quando é tão necessária.

Ainda há pouco era referida a irresponsabilidade por parte do PSD relativamente a um conjunto de aspetos que são necessários, e irresponsabilidade é reduzir o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas)! Esse valor de IRC que está a ser retirado ao Estado e a todo o povo português permitiria investir, ao longo desta legislatura, na construção de 100 000 vagas em creches, que são fundamentais para garantir os direitos das crianças e o acesso às vagas.

Ficou bem claro que medidas estruturais não há, ou seja, o CDS reduz e limita as questões da natalidade a aspetos fiscais. É muito redutor, de facto.

Sobre as iniciativas que alteram o Código do IRS, queríamos tecer aqui algumas considerações. Não se entende, na proposta do CDS, qual é o critério para os valores apresentados de dedução por filho: 600 € para o primeiro, 900 € para o segundo, 750 € para o terceiro, 1200 € para o quarto, 900 € para o quinto.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é nada disso!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Um sobe e desce sem qualquer critério, que, tal como a proposta do Livre, beneficia mais os agregados com rendimentos mais elevados.

Sobre a proposta de criação de um crédito fiscal, apresentada pelo Livre, reafirmamos que a função redistributiva dos impostos se cumpre pela progressividade na coleta, para assegurar não apenas justiça fiscal, mas também os recursos financeiros necessários ao bom funcionamento dos serviços públicos.

Do que os trabalhadores precisam é de aumento dos salários e de serviços públicos, gratuitos e universais, capazes de garantir os direitos básicos e o desenvolvimento do País, em vez da quebra de regras de solidariedade, da promoção do individualismo e da exclusão social que o dito crédito fiscal, que o Livre propõe, encerra.

De facto, o que é necessário é uma política que remova os obstáculos que neste momento existem, que impedem as famílias de terem o número de filhos que gostariam de ter, e garanta melhores condições de vida.

É curioso que, olhando para os dados da natalidade no nosso país, numa série prolongada, o período em que se verificou uma inversão e uma inflexão significativa foi no pós-25 de Abril. Porque será? Porque houve, de facto, nesse período, uma perspetiva de confiança no futuro, de esperança, de estabilidade — coisa que não existe neste momento, muito pelo contrário.

As opções políticas por parte do Governo consistem em atacar serviços públicos, em atacar direitos dos pais, das mães e das crianças, em encerrar serviços de urgência de obstetrícia — veja-se bem! —, e, portanto, o que de facto se exige são salários dignos, vínculo efetivo, habitação, creches, direitos…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem dois pedidos de esclarecimento, mas logo veremos se terá tempo para responder.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Paula Santos, quero cumprimentá-la pela sua intervenção. Não deixa, de facto, de ser curioso que o CDS agende um debate em que se preocupa com as condições de vida dos portugueses —…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Já lá vou!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … na ressaca do chumbo de um Código do Trabalho que iria agravar a vida da larga maioria dos portugueses comuns — e que se esqueça que boa parte da política fiscal que o Governo promoveu agravou as condições de vida dos portugueses.

As casas em Portugal nunca estiveram tão caras.

A Sr.ª **Sandra Pereira** (PSD): — Não é verdade! Não é verdade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Curiosamente, o CDS, agora, diz que foi a partir de 2017 que começou a ficar tudo mais caro, esquecendo-se de que os preços aumentaram olimpicamente desde que a Aliança Democrática decidiu adotar um choque fiscal.

A Sr.ª **Sandra Pereira** (PSD): — Não é verdade! Não é verdade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É um recorde atrás do outro!

Aplausos do Deputado do PS Miguel Matos.

Viver nas cidades portuguesas nunca se tornou tão difícil, mas não foi só no caso da habitação que a vida ficou mais difícil. Mesmo aceder ao Serviço Nacional de Saúde ficou ainda mais difícil! E todas as desculpas servem, menos a política do Governo.

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

Neste fim de semana, a Sr.ª Ministra disse que a culpa era dos imigrantes. Em Portugal, de facto, não há coisa de que os imigrantes não tenham culpa! O nosso receio é que, amanhã, venha a Ministra do Ambiente dizer que a onda de calor também é culpa dos imigrantes — é a única coisa que falta!

Protestos de Deputados do CH.

Já das decisões políticas deste Governo, aí, não há culpa nenhuma.

Em 60 dias, iam apresentar um plano para melhorar o Serviço Nacional de Saúde. Hoje, a síntese é clara: temos menos saúde, temos menos consultas, temos mais listas de espera.

Ao mesmo tempo, decidiram também mudar radicalmente o pilar das pensões não contributivas. Felizmente, a lei não sai tão mal do Parlamento como entra, mas continua a representar um corte para os portugueses mais pobres.

Basicamente, o que o CDS e o PSD fazem é o seguinte: pioram as condições de vida dos portugueses comuns, e depois perguntam-se porque é que a vida dos portugueses é tão difícil! Mas a resposta está precisamente no vosso…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em função das intervenções, de facto, o PCP e o Bloco de Esquerda querem aproveitar um debate sobre natalidade como barriga de aluguer para a luta de classes! Mas Sr. Deputado, não é sobre isso que estamos hoje a falar.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Vocês são contra, não é?!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Somos contra barrigas de aluguer!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Todos os nascimentos são bem-vindos, mas é efetivo que os portugueses não querem barrigas de aluguer, muito menos para reforçar dialéticas marxistas absolutamente estafadas.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas quais dialéticas marxistas?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Quanto à proposta do CDS, percebi que a Sr.ª Deputada do PCP estava com alguma dificuldade em perceber, e, por isso, neste pedido de esclarecimento, vou tentar esclarecê-la.

Como sabe, hoje, o Código do IRS tem uma dedução-base para cada filho, e essa dedução é de 600 €; depois, para o segundo filho, tem um acréscimo de 300 € à dedução. O que é que a proposta do CDS faz? Duplica esse acréscimo para 600 €.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O que significa que mantemos a dedução fiscal para o segundo filho, que continua a valer 900 € — 600 € mais o acréscimo de 300 € —, e, relativamente ao terceiro filho e seguintes, o acréscimo passa a ser de 600 €. Isto significa que, quando esta medida estiver plenamente em vigor, e esperemos que esteja em 2028, o terceiro filho e seguintes poderão beneficiar de um desconto que atingirá os 1200 €.

Pergunto-lhe, Sr.ª Deputada: continua a ter dúvidas? Quer que lhe explique outra vez, ou já está tudo claro?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Faz um desenho, Paulo!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Presidente**: — Não tendo a Sr.ª Deputada tempo para responder, a próxima intervenção é da Sr.ª Deputada Rita Matias, do Chega.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se há pacote legislativo que justificava meses e meses de discussão nesta Assembleia, não era mais um pacote laboral ou um pacote burocrático, era um verdadeiro pacote para a natalidade.

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Portugal não está a viver uma mera crise. Na verdade, está mesmo a viver um inferno demográfico, porque todos os anos nascem menos crianças e todos os anos envelhecemos mais.

Continuamos sem discutir este tema com seriedade, mas este é, sem dúvida, o maior desafio nacional do século. Uma nação que deixa de ter filhos é uma nação em vias de extinção.

Na verdade, a natalidade pode mesmo ser o ponto de encontro entre as preocupações legítimas de diferentes sensibilidades nesta Casa. Para uns, é a resposta aos receios de substituição populacional que muitos portugueses sentem. Nenhuma política de controlo migratório substitui uma política séria de apoio às famílias portuguesas.

Aplausos do CH.

Para outros, esta é a única forma de garantir a sustentabilidade da Segurança Social. Porque, sem crianças hoje, não teremos trabalhadores nem pensões amanhã.

É por isto que investir na natalidade não é uma despesa; é um investimento na nossa sobrevivência, só que exige coragem política. Exige benefícios fiscais verdadeiramente diferenciadores para as famílias com filhos, com uma descida progressiva de IRS para mães e pais de famílias numerosas, premiando quem decide ter três ou mais filhos; exige aliviar o IMI em função do número de filhos;…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ora!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — … exige facilitar o acesso à habitação para jovens casais que querem constituir família;…

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — … exige reforçar as licenças de maternidade e paternidade e, porque sabemos da riqueza incrível que representam na vida dos netos, devemos permitir que os avós possam beneficiar de um período de licença remunerada para ajudar a cuidar dos netos, sem prejuízo dos direitos dos pais — isto é fundamental num país com falta de creches.

Defendemos, igualmente, uma verdadeira liberdade de educação, porque compete, antes de mais, aos pais decidirem a educação dos seus filhos, seja no ensino público, privado, cooperativo ou no ensino doméstico. A família é que tem competência de educar.

Aplausos do CH.

Srs. Deputados, seria intelectualmente desonesto fingirmos que este drama da natalidade se resolve apenas com benefícios fiscais. Não se resolve, e existe uma dimensão muito mais profunda, que é a dimensão cultural. Durante décadas, permitimos que se instalasse uma cultura de hostilidade à família. Disseram aos jovens que casar era antiquado. Disseram que homens e mulheres têm de ser inimigos. Disseram às mulheres que a maternidade é um obstáculo ao sucesso.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Mas quem?!

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Disseram que os filhos são um peso para a realização pessoal e incentivaram uma cultura de permanente adiamento: primeiro estudem, depois façam carreira, depois viajem, depois aproveitem a vida e só depois pensem em ter filhos. O problema é que a biologia não espera por ideologias.

Precisamos de voltar a falar com honestidade sobre fertilidade, porque uma geração inteira de mulheres ouviu dizer que podia sempre adiar mais um pouco, mas isso é mentira. Então, é tempo de lhes dizermos a verdade: a gravidez não é o fim da vida de uma mulher, é antes o início da vida do seu filho.

Aplausos do CH.

A maternidade, meus caros, não é uma opressão, muito menos um entrave ao sucesso das mulheres, pelo contrário, é uma das maiores formas de realização humana.

Por outro lado, temos de resgatar a figura do homem. Durante os últimos anos, as virtudes tradicionalmente associadas à masculinidade, como a coragem, o sentido de responsabilidade, o espírito de sacrifício e proteção pela família, foram caricaturadas como defeitos. Chamaram-lhes masculinidade tóxica e o resultado está à vista. Quanto mais combateram essas virtudes, mais normalizaram a cultura do descarte, das relações egoístas, do abandono das mulheres e dos seus filhos. Portugal não precisa de menos homens responsáveis; Portugal precisa de mais homens responsáveis.

Aplausos do CH.

Termino, Srs. Deputados, com aquilo que nenhum debate sobre natalidade pode ignorar: o aborto é hoje a maior causa de perda de vidas humanas no mundo, superando as guerras, a fome e as doenças.

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Muito bem! É verdade!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Desde 2007, mais de 300 000 bebés perderam a vida através do aborto em Portugal.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem lembrado!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Independentemente das diferentes posições que possam existir nesta Casa, recuso-me a acreditar que pelo menos uma parte destas vidas não pudesse ter sido salva, se aquelas mães tivessem encontrado apoio, esperança e alternativas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — É por isso que esta semana demos um passo muito significativo na Câmara Municipal de Sintra, em conjunto com o PSD, tendo aprovado o programa Mãe Dolores — um programa destinado a apoiar mulheres que se sentem empurradas para o aborto em função da pobreza, pelo abandono do seu companheiro, pelo medo de perder o emprego ou pela solidão, porque nenhuma mulher deve sentir que o aborto é a única saída.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Quantos portugueses já perdemos nós por falta destes apoios? Recordo muitas vezes a história da mãe de Cristiano Ronaldo, que admitiu ter tentado abortar o seu filho. Quantos Cristianos Ronaldos não perdemos nós, simplesmente, porque o Estado se recusou a fazer a sua parte?

Aplausos do CH e do CDS-PP.

Espero que o exemplo de Sintra contagie outros municípios, contagie o nosso País, porque, como dizia Chesterton, não há nada mais extraordinário do que um pai comum, uma mãe comum e o seu filho comum. Isto, sim, é o desígnio para cumprirmos Portugal.

Aplausos do CH, com Deputados de pé, e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento. Para o formular, Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a Sr.ª Deputada Rita Matias falou da pertinência de termos um pacote para a natalidade. Pois, é exatamente isso que o CDS aqui traz, com uma medida inicial e com várias medidas a desenvolver.

Obviamente, não ignoramos que o Chega também traz as suas propostas e que outros partidos trazem as suas propostas, mas há uma grande diferença entre as propostas que fez a esquerda, e que faz agora, e aquilo que o Chega, o CDS e outros partidos, como o PSD, apresentam relativamente à natalidade.

É que a esquerda se demitiu completamente. Houve crise e a esquerda não fez nada; houve inverno demográfico e a esquerda não fez nada; houve inferno demográfico e a esquerda não fez nada, porque a esquerda tem uma política de portas escancaradas e acha que, se os portugueses não têm filhos, então, vêm para cá os imigrantes fazer o que os filhos dos portugueses deveriam fazer.

Aplausos de Deputados do CH.

Esse não é caminho.

A primeira pergunta muito clara tem a ver com isso. Olhamos agora para a estatística e, de facto, Portugal, nas últimas estatísticas do INE (Instituto Nacional de Estatística), tem a maior população em muitos anos: 11,4 milhões de habitantes. É indiferente que isto tenha sido conseguido com o aumento da natalidade e com as famílias portuguesas a conseguirem concretizar o sonho de terem filhos, ou com termos aberto as portas de forma escancarada e termos o País cheio de imigrantes? É indiferente? Para nós, não é. Repito: para nós, não é. Essa é claramente a primeira questão.

Quero salientar que, para nós, também não é indiferente aquilo que a Sr.ª Deputada disse relativamente à viabilização de vidas humanas. Quando está em causa uma opção pelo aborto — e, até vou dizer, mesmo considerando a posição de fundo que se tenha em relação ao aborto em si —, não pode ser indiferente a ninguém que uma vida que possa ser viabilizada tenha todas as condições para o ser. É disso que um País não se pode demitir.

Portanto, pergunto-lhe: é ou não é também a opinião do Chega, porque essa é a opinião do CDS, que um país não se pode demitir de duas coisas — uma delas é viabilizar todas as vidas em potência e a segunda é conseguir que nasçam em Portugal todos os filhos que as famílias de portugueses querem que nasçam e querem ter.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Rita Matias.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito obrigada, Sr. Deputado João Almeida. Sabe que subscrevemos a sua posição pela defesa da vida desde a conceção até à morte natural e, sobretudo, queremos combater o financiamento à substituição populacional. Isto fica muito claro com um dado que já foi dito aqui, neste debate: quando temos famílias que têm filhos portadores de deficiências, o Estado dá-lhes um mero apoio de 70 € por mês,…

Protestos do Deputado do PSD Ana Isabel Ferreira.

… mas, quando recebemos um requerente de asilo, mesmo sem ser verdadeiramente um refugiado, recebe automaticamente 200 € por mês. Isto é financiar a substituição populacional!

Para nós, será sempre os portugueses e os filhos dos portugueses primeiro!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Sandra Pereira, do PSD.

A Sr.ª **Sandra Pereira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O debate sobre a natalidade é, naturalmente, um debate sobre o futuro do País. Os portugueses não decidem ter filhos apenas em função de um benefício fiscal. Decidem ter filhos quando sentem que têm emprego, que conseguem conciliar trabalho e família, que existe uma rede de proteção social, que encontram respostas para os seus filhos e que o Estado está ao seu lado, nos momentos mais exigentes da parentalidade.

É por isso que este Governo entende que a resposta ao desafio demográfico tem de assentar, antes de mais, numa forte política social, e é precisamente esse o caminho que tem vindo a ser seguido, desde logo, reforçando o apoio às famílias com crianças.

A expansão do programa Creche Feliz representa uma das mais importantes medidas de apoio social dos últimos anos. Ao aliviar um dos maiores encargos das famílias, promove a igualdade de oportunidades e remove um dos principais obstáculos à decisão de ter filhos. A Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, assinada pelo Sr. Primeiro-Ministro Luís Montenegro com as instituições do setor social, reforçou, significativamente, o financiamento das respostas sociais na área da infância. Em 2024, o valor por criança pago às instituições era de 473,80 € e, atualmente, em 2026, esse valor é de 551,50 €, representando um acréscimo de cerca de 14 %.

Ao mesmo tempo, Sr.as e Srs. Deputados, estão em execução várias obras financiadas no âmbito do PRR para o aumento de novas vagas em creches. Também o abono de família foi atualizado, reforçando-se a proteção das famílias com crianças, sobretudo das mais vulneráveis e das famílias numerosas, contribuindo para reduzir os encargos da parentalidade.

Na atualidade, está também o tema da prestação social única, que prevê uma majoração por parentalidade, destinada a proteger as situações mais frágeis, que não estão abrangidas pelo regime contributivo da segurança

social e que necessitam um olhar mais atento de todos nós, para que as crianças e as suas famílias vejam garantidos os seus meios de subsistência.

Sr.as e Srs. Deputados, no Programa Eleitoral da AD, consta o aumento da licença parental para seis meses remunerados a 100 % e, embora não tenha sido aprovada neste Parlamento a proposta de lei da reforma laboral, mantemos firme a concretização deste propósito. Estamos convictos de que esta é uma medida que protege a criança, fortalece os laços familiares e promove uma maior partilha das responsabilidades parentais, entre homens e mulheres, contribuindo também para uma melhor conciliação entre a vida profissional e familiar, e disso não abdicaremos.

Aplausos do PSD.

Mas o compromisso do Governo vai mais longe. O Programa do Governo prevê o aprofundamento dos apoios à parentalidade, promovendo maior flexibilidade laboral, horários compatíveis com a vida familiar e incentivos às empresas que adotem políticas amigas da família, contribuindo para eliminar a penalização que tantas mães e tantos pais ainda enfrentam no mercado de trabalho.

A decisão de ter filhos prende-se também com as condições para aceder à habitação, razão pela qual o Governo adotou medidas específicas de apoio aos jovens na aquisição da primeira habitação.

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Sandra Pereira** (PSD): — Sr.as e Srs. Deputados, tudo isto são políticas sociais de apoio à natalidade. As famílias precisam de respostas concretas ao longo de todo o ciclo de parentalidade. Precisam de creches, precisam de proteção social, de habitação, de licenças parentais que lhes permitam cuidar dos seus filhos, precisam de conciliar trabalho e família.

Sr.as e Srs. Deputados, a natalidade exige uma visão de longo prazo, uma visão que coloque sempre as crianças e as famílias no centro das políticas públicas, porque investir nas famílias é investir no futuro de Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Então invistam, pá!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pereira, do Partido Socialista.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, permita-me 10 segundos para transmitir uma mensagem de solidariedade ao povo da Venezuela. Eu sou madeirense, tenho muitos amigos na Madeira que têm familiares na Venezuela e sei bem as dificuldades e o sofrimento por que estão a passar, perante a tragédia que se passou na Venezuela. Muito obrigado.

Aplausos de Deputados do PS.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Sr. Deputado Paulo Núncio, parece-me que ouvi o Sr. Deputado, quando estava ali na tribuna, dizer que o CDS, em particular o Sr. Deputado, tinha sido pioneiro nas medidas de apoio à natalidade.

Eu fiquei um bocadinho a pensar naquilo que o Sr. Deputado andou a fazer para trás, fiquei a tentar recordar o que é que o CDS andou a fazer e lembrei-me! Nós lembramo-nos bem onde é que andou o Sr. Deputado e onde é que andou o CDS, nestes anos todos. Tenho, obviamente, uma pergunta para o Sr. Deputado: acha mesmo que boas políticas para a natalidade é cortar salários como os senhores cortaram?

Protestos da IL e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

É aumentar os impostos como os senhores aumentaram? É maltratar as famílias como os senhores maltrataram em 2012, 2013 e 2014?

Aplausos do PS.

É que essa é a única coisa que me lembro que o CDS fez, quando o senhor era secretário de Estado.

Mas há mais, Sr. Deputado Paulo Núncio: o Sr. Deputado tentou explicar ao Deputado Miguel Costa Matos que aquela sua medida, que, entretanto, largou e adotou a medida do PS…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Ah, pois!

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não sou eu, é a AD!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Nós percebemos, tentou disfarçar! Largou e adotou a medida do PS, mas há uma questão, há um paradoxo que ninguém percebeu ainda nesta Casa. Já reparei que o Sr. Deputado tem muito tempo, por isso, acho que tem tempo para explicar calmamente o que é que se passou.

O Sr. Deputado trouxe um quadro para explicar que a sua medida de coeficiente familiar foi muito boa, foi excelente, cumpriu todos os objetivos de política pública. Ó Sr. Deputado, se foi tão boa, foi tão excelente, porque é que a abandonou? Porque é que adotou a medida do PS?

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Foi o PS que a revogou!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Porque é que resistia à tentação de adotar a medida do PS? Não se consegue compreender, Sr. Deputado, mas, como eu disse, tem muito tempo e espero que possa explicar.

Queria passar a um tema que, acho, é importante e que esta discussão nos traz, que é a circunstância de todos compreendermos, nesta Casa — e esta medida traz-nos essa lembrança, perante os episódios recentes —, que quando damos margem, quando deixamos que a AD faça o que quer ou como quer, dá asneira. Dá asneira!

Vamos lá ver: o Sr. Deputado trouxe esta matéria da dedução fiscal e tentou ultrapassar ou esconder a questão do coeficiente familiar. Ora, sabemos bem, o Sr. Deputado também sabe e nós sabemos que o Sr. Deputado sabe, que esta questão do coeficiente familiar foi um erro, foi um erro de política pública, porque é regressiva e porque é injusta. Ou seja, o apoio familiar para a natalidade não quer dizer que tenhamos de ser injustos na forma como fazemos as políticas públicas, e esta é injusta.

Portanto, teve de ser, naturalmente, o PS, em 2016, a dizer: isto não está bem, vamos apresentar a dedução fiscal. Ora, o Sr. Deputado adotou esta medida, fez muito bem e está no caminho certo.

Mas este não foi o único caso: reparámos recentemente que a AD pegou numa recomendação da OCDE, que dizia que era preciso simplificar as prestações sociais numa prestação única, e transformou uma recomendação — que tinha uma boa ideia e era muito importante fazer, que era, de alguma maneira, simplificar as prestações sociais, a forma como se entrega as prestações sociais e alargar a cobertura — numa suspeição de que havia prestações sociais que eram mal utilizadas. Aliás, até a Sr.ª Ministra trouxe um número de 156 milhões ou 159 milhões de euros que eram mal utilizados.

Ou seja, os senhores, quando pegam no assunto, a única coisa que fazem é transformá-lo em suspeição e não na ajuda às famílias que mais precisam.

Este foi um exemplo, mas houve outro, o exemplo da lei do trabalho, onde os senhores fizeram a mesma coisa: agarraram no discurso da modernidade, da produtividade, lembraram-se até de uma lista da OCDE que dizia que Portugal tinha uma produtividade baixa, e a única coisa que fizeram foi um ataque aos trabalhadores e um ataque às famílias portuguesas.

Portanto, isto é muito importante que a AD saiba e possa explicar nesta Casa.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar ao próximo orador, queria anunciar que estão a assistir aos nossos trabalhos alunos e professores da Escola Profissional de Educação para o Desenvolvimento, de Almada, e alunos e professores da Escola Secundária Romeu Correia, de Almada.

Aplausos gerais.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Permitam-me, antes de mais, que também adira às palavras de solidariedade já expressas em relação ao povo venezuelano e também à comunidade portuguesa, esperando que, quanto antes, se consiga apoiar quem está no terreno e também colaborar naquela que terá de ser a necessária reconstrução do país.

Em relação ao tema e ao debate de hoje, agendado pelo CDS, a quebra da natalidade e também os problemas estruturais que têm vindo a agravar este fenómeno em Portugal, que empurra as famílias para ter cada vez menos filhos e cada vez mais tarde, porque — e é um dado evidente — nunca, como hoje, se nasceu tão pouco em Portugal, são uma questão que tem de ser vista nas suas múltiplas dimensões.

Quanto ao problema da redução da natalidade, ao contrário da paródia, que ainda há pouco ouvíamos, de estar a tentar conotar isto com alguma preocupação marxista, a verdade é que não podemos esquecer que a precariedade também tem um papel a ditar na natalidade, a falta de emprego estrutural jovem também tem uma palavra a ditar, e empurrarmos as novas famílias para a instabilidade, pondo em causa a segurança e o nível de rendimentos que são necessários para uma construção, também tem o seu impacto.

Falou-se muito hoje na natalidade, referiram-se até algumas questões numa confusão de temas, inclusive misturando a masculinidade tóxica com a natalidade em Portugal, mas falou-se pouco na proteção das famílias na sua verdadeira dimensão e até na proteção das crianças, isto quando temos já, a esta altura do ano, mais de quatro crianças que perderam a vida em contexto de violência doméstica, o que nos revela que também aqui temos falhado enquanto coletivo.

Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, é importante olharmos para este debate e para aquilo que, fora dele, é a postura dos partidos, porque o CDS, que agendou este debate, foi o primeiro a subscrever uma proposta do Governo que, efetivamente, vinha diabolizar a amamentação, vinha diabolizar o luto gestacional, e até perdeu a hipótese de votar favoravelmente propostas como a que o PAN aqui trouxe, que previa, por exemplo, menos duas horas de trabalho para as famílias com crianças até aos dois anos. Recordemos a iniciativa legislativa de cidadãos que queria garantir o direito à licença parental 100 % remunerada: no final da passada legislatura — pasmem-se! —, quem agendou este debate foi precisamente quem votou contra a possibilidade de debatermos e votarmos esta iniciativa.

Portanto, estarmos aqui a falar verdadeiramente desta temática é relevante, mas importa, depois, votar com coerência, que é aquilo que não se verifica.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate de hoje tem como pano de fundo a situação das famílias em Portugal. Ora, é impossível falar da situação das famílias sem denunciar a fraude da narrativa da convergência de Portugal com a União Europeia que o PS construiu.

A situação das famílias é difícil e o PS enganou deliberadamente os portugueses.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — A atualização dos dados do INE sobre a população residente acabou com o embuste.

Em 2024, António Costa escrevia: «Com exceção de 2015, a economia portuguesa convergiu com a União Europeia.» Era mentira!

Escrevia ainda António Costa: «Em 2023, Portugal destacou-se da Roménia e recuperou a sua posição face à Polónia e à Hungria.» Era mentira!

Em 2024, ainda, no Programa Eleitoral Portugal Inteiro, Pedro Nuno Santos afirmava: «Desde 2015, Portugal convergiu todos os anos, exceto nos anos da pandemia.» Era mentira!

Em março de 2026, no Congresso do PS, José Luís Carneiro afirmou: «Foi o Governo do PS que colocou a economia a crescer mais do que a média europeia.» Era mentira!

O PIB por habitante é o indicador que interessa quando falamos de prosperidade. Não é o tamanho agregado da economia que paga a renda da casa, que enche o depósito do carro, que paga os medicamentos ou que põe as refeições na mesa; é a riqueza criada por pessoa, é a produtividade, é o rendimento disponível para as pessoas, é a capacidade de um país dar aos seus cidadãos uma vida melhor.

Costa, Pedro Nuno Santos e Carneiro, os três líderes do PS que sucederam a Sócrates, são cúmplices na construção de uma falsa narrativa. É caso para dizer: «Quem sai aos seus, no PS degenera.»

Os mesmos que se calaram perante Sócrates tentaram calar os portugueses com mentira e manipulação.

Protestos do PS.

Portugal conheceu fraudes relevantes ao longo da sua história: as diversas versões do conto do vigário, a burla de Alves dos Reis, a D. Branca, as minas de Volfrâmio, os *emails* do Príncipe da Nigéria, o Olá Pai, Olá Mãe, o compatriota que tentou vender a Torre de Belém, isto para citar apenas algumas.

Protestos do PS.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É como as alterações climáticas, que também acham que é uma fraude!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Mas sejamos claros: se alguém comprasse a Torre de Belém, podia ao menos ter o gosto da sua visão.

Quanto à convergência, nem vê-la, mas convenhamos que tudo isto que o PS nos trouxe — a fraude da convergência encenada pelo Partido Socialista — passa, seguramente, a figurar no *top* das fraudes portuguesas de proporções bíblicas.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Tens mesmo uma coisa com o PS!…

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Por falar em questões bíblicas, há dias, a propósito do código de ética que o Deputado José Luís Carneiro quer aprovar no PS, aconselhei que este incluísse apenas o sétimo mandamento: «Não roubarás.» Hoje, reconheço que, tratando-se do PS, poderei ter pecado por defeito, pois há outro mandamento que deve ser incluído, neste caso, o oitavo: «Não levantarás falso testemunho», que é como quem diz, não mentirás aos portugueses.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Faro, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O CDS-PP fixou a ordem do dia de hoje e já discutimos o seu projeto de lei e projeto de resolução sobre a estratégia nacional para a natalidade. Este é, de facto, um tema pertinente, dada a evolução demográfica, marcada por uma diminuição gradual do número de nascimentos e pelo adiamento da constituição de família.

Neste projeto de resolução, Sr. Deputado Paulo Núncio, refere-se que é da responsabilidade do Governo proteger a família como pilar fundamental da sociedade. Pergunto: Sr. Deputado, era mesmo este o debate que

queria ter hoje? Era mesmo este o objetivo? É fomentar a natalidade, valorizar a parentalidade, proteger as famílias?

É que as vossas ações deixam-nos um pouco confusos e confusas, pois não sei se esta será, de facto, a melhor forma de se redimirem dos ataques antissociais contra os mais vulneráveis — as mulheres e as famílias — a que recentemente assistimos,…

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

… porque ainda ontem debatiam com fervor o pacote laboral do Governo que VV. Ex.as apoiam.

De facto, aquilo que os senhores fazem é rejeitar os contributos sucessivos do Partido Socialista, nomeadamente as medidas e as propostas para alargar as creches familiares. Na reforma laboral que defendiam, o banco de horas individual tinha um aumento da carga horária para todas as pessoas e, portanto, menos tempo para a família; na reprogramação do PRR, outro exemplo, assistimos a um corte do financiamento que resultou na remoção de 14 000 vagas em equipamentos sociais, lares, creches e centros de dia, que ainda hoje não têm garantia de financiamento.

Sr. Deputado, lembramos que este tema, assim como outras matérias, exige uma reforma estrutural — aliás, foi aquilo que o Partido Socialista fez.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Quando tantos grupos parlamentares presentes nesta Câmara perguntam o que é que o Partido Socialista esteve a fazer durante os oito anos em que governou — aliás, ainda agora a Iniciativa Liberal o referiu —, relembro que aquilo que estivemos a fazer foi desenvolver medidas estratégicas nesta matéria que, sim, visavam uma reforma estrutural.

Falo, nomeadamente, da garantia para a infância e do reforço do complemento da garantia para a infância; da valorização dos salários, nomeadamente, o aumento do salário mínimo; do abono de família — ainda na semana passada falámos sobre este tema; do programa PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais); da Creche Feliz, da creche gratuita.

Esta é a nossa ideologia e é a nossa matriz: reforçar o estado social; apoiar as famílias; reduzir gradualmente o horário de trabalho semanal e dar incentivos à contratação coletiva para melhores salários.

Portanto, não se entende como se apresentam medidas avulso, populistas, Sr. Deputado, de apoio à família, quando, na realidade, nada fazem para a proteger.

Se essa é a vossa ideologia, sejam consistentes, consequentes e assumam-se.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Antunes dos Santos, do PSD.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, estamos aqui hoje a discutir um tema que devia estar sempre no centro da ação política: a natalidade, a parentalidade, o apoio à família.

A verdade é que a resposta que, coletivamente, temos de dar a este problema — a falta de natalidade — é uma resposta que se faz de forma transversal, pois são várias as áreas do Governo que devem ser mobilizadas para que essa resposta seja dada, tal como este Governo tem feito em várias matérias.

Queria destacar o papel das autarquias locais, que, um pouco por todo o País, perceberam a importância do tema e também elas se têm mobilizado para combater este problema da pirâmide demográfica e para responder à necessidade de promover políticas de natalidade, de parentalidade e de apoio à família. Portanto, quero deixar aqui esta nota de apoio, de incentivo e de reconhecimento pelo papel das autarquias locais.

Chegados a este momento do debate, importa resumir aquilo que está a acontecer e importa resumir o papel dos principais partidos da oposição.

Por um lado, temos o Partido Socialista, que veio aqui com uma posição do perdoem-me: «perdoem-me, porque não tive políticas de juventude; perdoem-me, porque não tive políticas de natalidade; perdoem-me, porque não tive políticas de apoio à família; perdoem-me, porque durante oito anos não coloquei a natalidade no centro da ação política».

Aplausos do PSD.

Peço desculpa, estou a ser injusto, porque tiveram uma medida positiva, que nós acompanhámos e agora reforçámos, que foi a Creche Feliz. Mas, mais uma vez, essa medida esbarrou na realidade, porque o Partido Socialista achava que decretar a medida era o suficiente, mas não. Não bastava garantir que havia condições físicas, que havia salas, que havia vagas. E, mais uma vez, o Partido Socialista pôs a carroça à frente dos bois, não garantiu que estavam reunidas as condições para que, efetivamente, essa medida se pudesse concretizar e esqueceu também que as crianças, naturalmente, crescem e que a seguir à creche é necessário o pré-escolar.

Ora, muitas entidades converteram salas de pré-escolar em salas de creche, porque era financeiramente mais viável, e, depois, o problema surgiu passados dois ou três anos.

Mas nós estamos habituados a esta postura do Partido Socialista: o Partido Socialista é bom a olhar para os pés, mas é péssimo a olhar para o horizonte.

Aplausos do PSD.

Do lado do Chega, temos mais do mesmo, «muita parra e pouca uva.» Temos um projeto de resolução que não diz absolutamente nada, é um conjunto de generalidades, de boas intenções, mas que não defende qualquer estratégia, qualquer política, qualquer medida que realmente responda a este problema. Diga-se que é poucochinho para quem diz defender tanto a família e é, sobretudo, poucochinho para quem diz estar preocupado com este inverno demográfico.

E eu gostava que o Chega me explicasse como é que se inverte esta tendência demográfica, porque, por um lado, dizem «imigrantes, nem vê-los, longe daqui, não queremos imigrantes», mas, por outro lado, não têm qualquer estratégia, qualquer planeamento, qualquer tipo de medidas para incentivar a natalidade e para apoiar as famílias.

Protestos do CH.

É caso para dizer, se o Chega não defende a família, se o Chega não defende a Pátria — porque para haver Pátria tem de haver pessoas, tem de haver continuidade do País, tem de haver futuro —,…

Protestos do CH.

… só lhes resta Deus para cumprirem o lema que tanto os inspira: Deus, Pátria e Família. É que a Pátria já abandonaram, a família já abandonaram, só lhes sobra mesmo Deus.

Risos do PSD.

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Isso não faz sentido!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Mas nós, Sr.as e Srs. Deputados, sabemos que para o Chega, Pátria é *slogan*,…

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

… família é caso…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Spinumviva: família! Secretária de Estado para a Metro de Lisboa: família!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — … e resta-nos a fé em Deus.

Mas também sabemos outra coisa, Sr.as e Srs. Deputados, para o Chega, natalidade é aquilo que o Sr. Deputado André Ventura disser e, já agora, também aquilo que a meteorologia disser.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pessanha, do Chega.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, ouvi, de facto, atentamente a intervenção do Sr. Deputado João Antunes dos Santos e custa-me conciliar a defesa da família com aquilo que o vosso Governo tentou, precisamente há uma semana, fazer às mães deste País.

Aplausos do CH.

Vozes do PSD: — Oh!

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Relembro a esta Câmara o que estava na proposta de revisão de lei laboral do Governo do PSD, chumbada na passada sexta-feira. Recordo que, relativamente à amamentação, se pretendia tratar a mãe portuguesa como uma suspeita que teria de justificar perante a entidade patronal aquilo que a natureza dispensa de justificar.

Protestos do PSD.

Mais ainda, não me esqueço que foi a Sr.ª Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, do vosso Governo, quem afirmou conhecer casos de crianças amamentadas até à primária só para as mães terem o horário reduzido. A este ataque somava-se ainda a revogação dos três dias de falta por luto gestacional, que o vosso Governo quis retirar a mulheres que perderam um filho por nascer.

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

Que fique, portanto, claro: esse ataque às mães trabalhadoras não passou porque o Chega não quis.

Protestos de Deputados do PSD e contraprotestos do CH.

Onde o PSD quis recuar nos direitos das mulheres, foi o Chega que disse que não. Portanto, pergunto ao Sr. Deputado: como é que o PSD e o CDS, já agora, conciliam o apelo a que as portuguesas tenham mais filhos com a tentativa da semana passada, de penalizar as mães que os têm e os amamentam?

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

Segunda pergunta: depois do chumbo, a AD compromete-se a abandonar de vez estas medidas contra as mães trabalhadoras ou tenciona trazê-las de novo a esta Câmara por outra via?

Sr.as e Srs. Deputados, as mães deste País merecem respeito, não suspeição, e enquanto a AD não perceber isso encontrará sempre o Chega do lado das famílias portuguesas.

Aplausos do CH.

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Parece uma grafonola!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos de ter alguma contenção, para que os pedidos de esclarecimento possam ser feitos, audíveis no tempo que é dedicado para o mesmo, para depois a pessoa…

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Estou a falar, Sr. Deputado.

Continuação de protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Estou a falar, Sr. Deputado. Eu, sou eu que estou a falar.

Dizia eu que temos de ter alguma contenção, para que depois a pessoa a quem é solicitado o pedido de esclarecimento tenha condições de ouvir o pedido de esclarecimento — venha de que bancada vier o pedido de esclarecimento — e possa responder. Portanto, pedia respeito.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Antunes dos Santos, para responder.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pessanha, esforçou-se, naturalmente, para vender aquilo que é agora a nova retórica do Chega…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Nova?! Sempre foi!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — … para justificar o injustificável.

Mas vou recordá-lo de uma coisa: ao dia de hoje, só não está aprovada uma licença parental de 180 dias, 6 meses pagos a 100 %,…

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

… porque VV. Ex.as, o Chega, decidiu alinhar com a esquerda e decidiu inviabilizar a reforma laboral. Digam a verdade aos portugueses! Digam a verdade aos portugueses!

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

E vou dizer-lhe mais, Sr. Deputado: não vale a pena tentar reescrever a história; todos sabemos que aquilo que fez com que o Chega não acompanhasse a reforma laboral foi essa ideia lunática de querer baixar a idade da reforma.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Quanto às demais medidas, VV. Ex.as iam alinhar com as mesmas, iam viabilizar as mesmas. Portanto, não vale a pena diabolizar agora as medidas que vocês estavam disponíveis para viabilizar.

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

Sr. Deputado Pedro Pessanha e Srs. Deputados do Chega, deixem-me dizer-vos uma coisa: podem fazer os pinos que quiserem, podem fazer as espargatas que quiserem, podem fazer os números que quiserem, podem andar no Parlamento, nas televisões, nas rádios, a tentar vender a história que bem entenderem, mas o que vai ficar para a história é que o Chega se uniu à extrema-esquerda, se uniu à CGTP, para inviabilizar uma reforma laboral que ia trazer mais desenvolvimento, mais esperança, mais futuro, mais prosperidade ao País. É isso que fica para a história.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

O Sr. **Presidente**: — Estão a ver, é possível! É possível haver emoção no pedido de esclarecimento e emoção na resposta; é possível. E assim, quando nos ouvimos, estamos todos bem, certo?

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa, do Partido Socialista, para uma intervenção.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A proposta que o CDS nos traz aqui, nomeadamente da majoração da dedução à coleta, vem no bom sentido, por isso o Partido Socialista vai acompanhá-la — e era por isso também que gostávamos de dar essa nota.

Contudo, ela é contraditória com a que foi, durante muito tempo, a proposta do CDS; é totalmente contraditória. É que, ao contrário desta proposta, que é justa, a anterior fórmula do CDS era claramente injusta e regressiva. É por isso que também gostávamos de perceber porque é que o CDS mudou de posição — porque é que o CDS se aproximou da que foi sempre a proposta do Partido Socialista, que é o aumento da dedução à coleta?

Mas, também, sejamos sinceros, certamente não será esta proposta que será o alfa e o ómega na política da natalidade, na redução da queda da natalidade.

Obviamente que temos um problema de natalidade em Portugal. Mas uma proposta que, ao terceiro filho, majora de 750 €, que é o que atualmente existe, para 1200 € dá uma majoração de 450 €, de cerca de 1,23 € por dia.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O aumento são 900 €, Sr. Deputado; 600 € mais 300 € é o que está previsto!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Por isso, naturalmente, é importante, é positivo, mas não serão estes 1,23 € por dia que vão resolver o problema das famílias.

Mas, o que é aqui importante percebermos é que porque é que, indo contra o coeficiente de que o Sr. Deputado Paulo Núncio foi o grande responsável, que era injusto e regressivo, o CDS agora muda de posição e nos apresenta esta proposta, claramente justa e claramente no bom sentido.

Aplausos do PS.

Proposta esta que foi sempre aquela que o Partido Socialista defendeu no passado; e, mais, foi esta proposta que o Partido Socialista começou a desenvolver nos seus governos. Por isso, acompanharemos esta proposta do CDS com a certeza absoluta de que o CDS se aproximou das nossas propostas e deixou cair aquela que era a sua proposta regressiva.

Aplausos do PS.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.ª **Presidente**: — A Mesa não tem inscrições neste momento.

Pausa.

Está a inscrever-se a Sr.ª Deputada Elza Pais, do Partido Socialista. Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Elza Pais** (PS): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Os desafios demográficos têm de ser enfrentados — ficou aqui bem demonstrado, ou não ficou? — de forma integrada, a vários níveis, e nunca, mas mesmo nunca, à custa da emancipação, da liberdade e da autonomia das mulheres.

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Muito bem!

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

A Sr.ª **Elza Pais** (PS): — Têm de ser enfrentados com políticas públicas de apoio às famílias, com políticas de conciliação entre a vida familiar, profissional e pessoal, para que as famílias possam ter o número de filhos que desejam ter e os direitos das mulheres nunca, mas mesmo nunca, sejam prejudicados.

Para nós, a aposta é clara, trabalho digno, garantia para a infância, políticas de conciliação.

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

Para nós, é claro: as políticas de natalidade não podem significar retrocesso nenhum, mas mesmo nenhum, nas políticas de igualdade de género;…

Aplausos de Deputados do PS.

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

… não podem assentar nunca, mas mesmo nunca, numa lógica de penalização profissional das mulheres ou de manutenção dos papéis tradicionais do cuidado. Para nós, melhores políticas de natalidade, melhores políticas demográficas passam por construir um País onde mulheres e homens possam formar famílias em liberdade, com trabalho digno e em igualdade.

Aplausos do PS e de Deputados do L.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Está inscrito, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O debate ainda vai continuar, não terminou, mas, pelo que vimos até agora, já é possível tirar algumas ilações.

É muito importante continuarmos, todos os grupos parlamentares, a debater melhores soluções para responder à grave crise de natalidade que, penso que todos reconhecemos, Portugal enfrenta. E parece que, para muitos a família só é assunto quando o CDS a traz a Plenário. Ainda bem que assim é, porque temos a oportunidade de falar de natalidade e falar de família.

Comecemos pelo Partido Comunista. O Partido Comunista, neste debate, veio falar sobre tudo menos família: veio falar de capital, veio falar de patrões, veio falar de empresas, veio falar do Governo, veio falar da reforma, mas de família não disse nada. E, Srs. Deputados, nós sabemos porquê. É que, como dizia o camarada Marx, no comunismo, a família é para abolir e o PCP, nessa matéria, é muito coerente: a família é mesmo para abolir, como dizia o marxismo e o leninismo.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — É melhor ler! Estude, estude!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A Sr.ª Deputada Paula Santos não está aqui,…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Para ouvir baboseiras destas…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … mas também lhe respondo. É perfeitamente normal que tenham nascido mais crianças quando aconteceu o 25 de Abril; as famílias tiveram de aproveitar, porque o PCP, durante a

ditadura comunista, ameaçava acabar e abolir com as famílias. Por isso, é perfeitamente normal que as famílias tenham aproveitado para ter mais filhos naquela altura.

Protestos do PCP.

Em segundo lugar, Srs. Deputados, os apanhados do clima vêm hoje trasvestidos como grandes defensores da família. Os mesmos que até há pouco tempo, e é bom lembrar, achavam que as famílias não deviam ter mais filhos para não agravar as alterações climáticas. Lembram-se disso?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Andaram a defender isso, que não se devia ter mais filhos para não agravar as alterações climáticas e que o aumento da população ia esgotar o mundo e, por isso, não era possível ter mais filhos, porque o mundo ia ser esgotado se nascessem muito mais filhos. Podem ter mudado de vestes, podem até ter mudado de género, mas o ridículo continua exatamente o mesmo.

E é estranho também, devo dizer, o Livre vir criticar estratégias — o CDS apresentou uma estratégia nacional para a natalidade e vi ali a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves criticar as estratégias —, porque cerca de 50 % das propostas que o Livre apresenta nesta Câmara são precisamente estratégias, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Tem a contabilidade mal feita!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Desde o calor até às latas de atum, já fizeram estratégias sobre tudo e um par de botas. E agora, quando o CDS apresenta uma estratégia, importante para promover a natalidade ao nível nacional, «aqui d'el rei» que a estratégia é uma estratégia e não devia ter sido apresentada.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — É preciso ter medidas coerentes para ser uma estratégia! O problema é esse!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.ª Deputada, é muito estranha esta posição e esta reserva do Livre contra as estratégias.

Depois, o PS. Bom, o PS continua incapaz de falar de famílias e falar da família.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É surdo?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É completamente incapaz, completamente. E em matéria de família, o PS não tem nada para ensinar a ninguém,…

A Sr.ª **Elza Pais** (PS): — Não ouviu nada!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … para além de umas mentiras — e eu volto a referir e a enfatizar: umas mentiras — sobre o quociente familiar. Eu já ouvi três Deputados do PS dizerem que o quociente familiar foi uma medida injusta,…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Facto!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … iníqua…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Facto!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … e regressiva.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Só factos!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É falso! Eu sei que é a vossa narrativa, e foi a vossa narrativa durante oito anos, mas é falso e os dados oficiais demonstram que é falso. Vocês podem repetir a mentira as vezes que quiserem, mas isso não a torna verdade.

Volto a dizer, mapa 40–A das estatísticas oficiais da AT,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … o quociente familiar beneficiou fundamentalmente as famílias da classe média.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Grande mentira!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Todos os escalões do IRS beneficiaram de uma redução, em 2015. É verdade, a taxa efetiva de tributação abrangeu todos os escalões; tirando o último, o mais elevado — esse não teve uma redução de tributação —, todos os outros tiveram. Mas quais foram os escalões que beneficiaram de uma redução maior da taxa efetiva de tributação? Foram precisamente os quatro escalões que têm a ver com a classe média. Por isso, os senhores podem continuar com essa narrativa, mas é uma narrativa absolutamente falsa.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Depois, deixe-me que lhe diga, o Sr. Deputado do PS da Madeira, que veio falar…

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Carlos Pereira!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é da Madeira, mas nasceu na Madeira e continua a ser madeirense. Dizia eu que o Sr. Deputado veio falar das medidas que foram aprovadas pelo Governo que se seguiu ao programa de ajustamento externo?

Ó Sr. Deputado, é só falta de vergonha, vinda de um partido que efetivamente provocou a bancarrota que levou às consequências absolutamente dramáticas, absolutamente terríveis para o País, no seu todo — para todas as empresas, para todas as famílias, para todos os portugueses —; os senhores deviam estar a pedir desculpa a todos os portugueses por terem levado, pela terceira vez consecutiva, o País à bancarrota. No entanto, em vez de falarem da causa, falam das medidas exigentes que, sim, o Governo de que eu fiz parte teve de adotar para salvar o País da bancarrota em que os senhores nos colocaram.

Por isso, sejam coerentes. Sejam corajosos, uma vez na vida, e venham a este Parlamento dizer: «Nós pedimos desculpa ao País por ter provocado a bancarrota e por ter prejudicado as empresas, as famílias e o País no seu todo».

Os senhores foram obrigados a cumprir um programa de ajustamento, que foi assinado por nós precisamente para salvar o País da bancarrota.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Foram além da troica!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É que, ó Srs. Deputados, é bom não esquecermos que, em 2011, os senhores deixaram o País sem dinheiro para pagar aos funcionários públicos e as pensões dos pensionistas. Foram-se embora, e fomos nós que tivemos de resolver o problema. E resolvemo-lo, porque o País voltou novamente aos mercados.

Finalmente, no que diz respeito ao Chega e à Sr.ª Deputada Rita Matias, só a posso cumprimentar pela iniciativa — penso que lhe chamam um «plano» — para promover a natalidade e a família em Portugal, e quero dizer-lhe que o CDS não vai cobrar direitos de autor pelo plano que apresentar.

Mas, a propósito da sua intervenção, quero dizer-lhe também que sim, é verdade, quando falamos de natalidade, temos de lembrar aqueles seres humanos que foram eliminados pelo aborto e pelo aborto livre. É importante não nos esquecermos disso. O aborto até às 10 das semanas foi legalizado por este Parlamento.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

É importante lembrarmos as consequências dessa liberalização. São 300 000 vidas humanas que foram eliminadas. Foram 300 000 vidas humanas que foram exterminadas. E é importante que tenhamos a noção de que estamos a falar de vidas únicas, de vidas insubstituíveis, de seres humanos que não se repetem e que foram eliminados por uma lei — e digo-o, pessoalmente e sem qualquer tipo de problema —, que é uma lei iníqua.

Aplausos do CDS-PP e do CH.

Essa, sim, é uma lei iníqua, porque elimina seres humanos, e na ordem das centenas de milhares. São seres humanos únicos, irrepetíveis, que não são repetíveis.

Protestos de Deputados do PS.

Por isso, falar de natalidade é também falar de criar condições para que todas as crianças que sejam concebidas possam efetivamente nascer e que possam ter a sorte que todos nós, neste Plenário, tivemos, de nascer e de termos a nossa própria vida, termos a nossa própria família, termos o nosso projeto de vida, e não serem eliminadas e exterminadas, como são hoje, às dezenas de milhares, todos os anos, por uma lei iníqua que foi criada neste Parlamento.

Famílias mais fortes, com mais filhos, fazem um País mais forte.

Aplausos do CDS-PP e do CH.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Miguel Costa Matos pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É para solicitar a distribuição de um documento, Sr.ª Presidente.

Não é para solicitar a distribuição de estatísticas, mas sim de um artigo científico. Trata-se da tese de mestrado da Ana Catarina Silva Rocha, da Nova SBE (School of Business and Economics), com o título *Progressivity and the Tax Treatment of Children: A Microsimulation with Administrative Personal Income Tax Data*, que desmente as alegações do Sr. Dr. Paulo Núncio em relação ao suposto benefício do quociente familiar…

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não são alegações, são dados oficiais!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — … e que demonstra que essa sim é uma medida iníqua e reversiva.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Já percebemos o ponto, obrigada. Faça chegar o artigo à Mesa, Sr. Deputado, que será distribuído.

Para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Núncio, tem a palavra a Sr.ª Deputada Célia Freire, do PSD.

O Sr. Deputado Paulo Núncio não tem tempo para responder. Em todo o caso, a Sr.ª Deputada fará o seu pedido de esclarecimento. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, quero começar por saudar o CDS-PP pelas iniciativas que hoje apresenta. A natalidade é, de facto, um dos maiores desafios estratégicos que Portugal enfrenta e exige respostas sérias, estruturais e duradouras.

Mas importa também dizer, com clareza, que apoiar as famílias não começa nem termina numa alteração ao Código do IRS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — Desde que assumiu funções, a AD tem vindo a criar condições para que as famílias tenham mais rendimento disponível, maior estabilidade e mais confiança no futuro. A redução da carga fiscal sobre o trabalho, o IRS Jovem, os incentivos ao acesso à habitação, o reforço das deduções das rendas, as medidas aprovadas para facilitar a compra de habitação e a valorização dos salários e do emprego são políticas que, embora não tenham sido desenhadas exclusivamente para a natalidade, contribuem diretamente para que os jovens possam construir a sua família.

Curiosamente, hoje vemos a apresentação de propostas nestas áreas por vários partidos que, durante mais de duas décadas de governação, nunca fizeram desta matéria uma prioridade.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — Em muitos casos, limitaram-se a avaliações, estudos ou pequenos ajustamentos, quando o problema demográfico se agravava ano após ano.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — Porque não avançaram então com estas soluções, quando os indicadores demográficos já revelavam um agravamento contínuo e quando Portugal perdia população ano após ano?

Sr. Deputado Paulo Núncio, não considera que este debate evidencia, acima de tudo, o contraste entre quem governa há dois anos e com resultados já apresentados…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — … e quem governou, com uma geringonça e com maioria absoluta, e não concretizou nenhuma destas propostas?

Hoje há uma conclusão que resulta deste debate: todos chegaram finalmente onde a AD já estava!

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — A diferença é que, enquanto uns apresentam propostas avulsas, a AD governa, executa e integra estas medidas numa estratégia coerente de crescimento económico, redução da carga fiscal, acesso à habitação e apoio às famílias.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, que beneficiou de uma transferência de 40 segundos do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, respondendo diretamente à questão, evidentemente que uma única medida fiscal não esgota o problema e não esgota a resposta à crise de natalidade. São precisas outras medidas.

Sr.ª Deputada, concordo em absoluto: as medidas que este Governo tem vindo a adotar também ajudam a resolver o problema da natalidade, principalmente as medidas dirigidas aos jovens.

As políticas que este Governo tem trazido são políticas que contrastam muito com as do Governo do Partido Socialista. Porquê? Porque, nos oito anos que esteve na governação, entre promover a natalidade ou aumentar a imigração, o Partido Socialista escolheu sempre a política de portas escancaradas para resolver o problema da natalidade com um aumento massivo de imigração.

Protestos do PS.

E esta, Sr. Deputado, volto a dizer, não é a solução.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Muito católico da sua parte!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Esta não é a solução para termos um país mais forte, com mais famílias e com mais filhos. Essa é a vossa solução. A nossa é promover a natalidade e termos famílias com mais filhos.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Inscreveu-se para uma intervenção o Sr. Deputado Leandro Ferreira Luís, do Grupo Parlamentar do PSD, a quem dou a palavra.

Burburinho na Sala.

Sr.as e Srs. Deputados, há muito ruído na Sala. Façam o favor de dar condições para que o Sr. Deputado possa intervir.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Leandro Ferreira Luís** (PSD): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Depois deste longo debate, creio que há uma ideia que merece ficar registada. Durante muitos anos, Portugal habituou-se a olhar para o problema demográfico como uma inevitabilidade, como se o envelhecimento da população fosse um destino, como se a saída de jovens do nosso País fosse uma fatalidade, como se o adiamento de projetos familiares fosse apenas mais uma consequência do nosso tempo.

Mas não é. Não é inevitável, não é uma fatalidade e não é um destino a que Portugal esteja condenado. Os portugueses não deixam de querer constituir família, os portugueses não deixam de querer ter filhos, o que muitas vezes faltou foram as condições para transformar esta vontade numa realidade. É precisamente por isso que a natalidade não se resolve através de uma medida isolada.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Leandro Ferreira Luís** (PSD): — Não existe uma solução única. A decisão de ter filhos não começa com o nascimento de uma criança, começa quando um jovem termina os seus estudos, quando encontra emprego, quando conquista autonomia, quando consegue aceder à habitação, quando sente que pode fazer planos para o futuro.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Leandro Ferreira Luís** (PSD): — É precisamente por isso que a AD e o Governo têm procurado responder aos desafios das novas gerações através de uma abordagem integrada, uma abordagem que reconhece que não há políticas de natalidade sem políticas para a juventude, que não há políticas de natalidade sem acesso à habitação, que não há políticas de natalidade sem a valorização de rendimentos e que não há políticas de natalidade sem apoios às famílias.

Foi este o caminho que iniciámos com o acesso e reforço do IRS Jovem, do qual mais de 400 000 jovens vão beneficiar no presente ano de 2026; com a eliminação de encargos fiscais na aquisição da primeira habitação por parte dos jovens; com garantias públicas para facilitar o acesso ao crédito à habitação, nomeadamente através da isenção de IMI e do imposto do selo na compra da primeira casa, tendo já beneficiado desta medida mais de 100 000 jovens, só no ano de 2025; com o desenvolvimento do Programa Creche Feliz, do qual mais de 128 000 crianças já usufruíram em janeiro de 2026, tendo milhares de famílias já beneficiado do reforço dos apoios à família e à infância.

Sabemos que apoiar a natalidade não é apenas apoiar quem quer e quem já tem filhos, é criar condições para que mais portugueses possam livremente dar esse passo.

Sr.as e Srs. Deputados, permitam-me uma breve nota, enquanto Deputado de uma geração que sente muitos problemas que hoje aqui discutimos. A minha geração não precisa de mais apresentações em *PowerPoint*, precisa de políticas públicas que produzam resultados.

O que interessa aos jovens é simples. Os jovens querem saber se conseguem construir o seu futuro em Portugal, se conseguem encontrar uma casa em Portugal, se conseguem ter estabilidade profissional e se conseguem olhar para os próximos anos com confiança.

Na minha geração não queremos um Estado que faça o nosso caminho. Aquilo que a minha geração espera é que o Estado não nos feche o caminho.

Aplausos do PSD.

Queremos um país onde estudar valha a pena, onde o trabalho compense, onde o esforço seja valorizado e onde construir família não seja um ato de coragem económica.

Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, no fim deste debate, há uma pergunta simples a que todos devemos responder: que país queremos? Um país onde os jovens adiam indefinidamente os seus projetos de vida ou um país onde possam sonhar, trabalhar, construir uma carreira, construir família, ter filhos e confiar no futuro?

Da nossa parte, a resposta é certa. Queremos um Portugal que volte a dar aos seus jovens aquilo que nenhuma prestação social e nenhuma dedução fiscal consegue substituir: confiança. Confiança para ficar, confiança para estudar, confiança para trabalhar, confiança para comprar uma casa e confiança para construir uma família,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Leandro Ferreira Luís** (PSD): — … confiança para acreditar que o futuro pode ser melhor do que o presente.

Quando os jovens acreditam no futuro, fazem planos. Quando as famílias fazem planos, o País cresce. Quando uma geração volta a acreditar em Portugal, Portugal não envelhece.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, a Mesa volta a não ter inscrições.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes está a pedir a palavra para uma intervenção?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sim, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Não vale a pena bater no peito e dizer que se defende a família e a vida, quando depois, na prática, todas as medidas e políticas vão dificultar as vidas das famílias e vão dificultar uma infância plena.

Não vale a pena dizer que se vai apresentar uma estratégia, quando depois todas as medidas que se apresentam e que se votam, na verdade, vão contra uma família que se quer apoiada. É nas políticas de habitação, no aumento da precariedade, com o pacote laboral que aqui apresentaram… Nem sequer querem

discutir medidas como a redução do horário de trabalho ou a semana de quatro dias — que, sim, são medidas de apoio às famílias.

Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, façamos uma discussão séria sobre natalidade, e não esta discussão, com base em caricaturas, que não serve a ninguém.

Aplausos do L.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Inscreveu-se para uma intervenção a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que tem a palavra.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados: Quase no final deste debate, o CDS ainda não percebeu verdadeiramente o que é que queria, porque vem aqui dizer que há uma crise da natalidade, mas apresenta-nos como medida o aumento das deduções; e depois diz que, afinal, é preciso um plano, mas não diz qual é esse plano.

Quando olha para a esquerda, diz que falar de natalidade não é falar de habitação, não é falar de saúde, não é falar de educação, não é falar de Estado social, não é falar de comunidade; é falar de portas escancaradas, é falar de dogmas, é falar de discriminação. É isso, para o CDS, mas não quando olha para a direita. Aliás, nós ouvimos o seu parceiro de Governo ali a falar de habitação, de saúde, de educação, de comunidade. E porquê?! Porque é aí que estão a falhar, Sr. Deputado. É por isso que há uma crise de natalidade.

Falhámos todos, ao longo dos anos, nas políticas de natalidade, mas os senhores estão a agravar essa realidade. Os dados da habitação são piores, os dados da saúde são piores, os dados da resposta social são piores.

A forma como estigmatizam e fazem política só para alguns é evidente, e também no seu discurso. Alguém dizia que é uma política contra os pobres, e não contra a pobreza, e é mesmo isso que caracteriza a direita, é mesmo isso que caracteriza o PSD e o CDS. É isso mesmo que nos vêm aqui apresentar.

Aplausos do PS.

A sua justificação para os portugueses que dia a dia marcam passo e que não conseguem aceder ao essencial da sua vida — à casa, ao lar, à educação, à saúde, às respostas sociais —, a resposta que lhes dá, é de que a culpa é dos outros; a culpa é do que é mais pobre do que ele; a culpa é da outra família que está ao lado e que também não consegue aceder a esses bens.

Por isso, Sr. Deputado, se pode aprender alguma coisa com este debate, é que deve mudar a sua estratégia. Em vez de olhar para o seu umbigo e para a sua realidade, perceba que as políticas de natalidade não estão melhores, porque muitas das famílias não conseguem sequer ter condições para sonhar com essa realidade, Sr. Deputado.

No fim do dia, o que propomos é uma verdadeira reflexão sobre a política errada que a direita está a promover no País.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Está inscrita para uma intervenção a Sr.ª Deputada Cláudia Estêvão, do Grupo Parlamentar do Chega.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Houve uma cedência de tempo!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Teve uma cedência de tempo, é isso?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Certo.

Pausa.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Cláudia Estêvão** (CH): — Sr.ª Presidente, cumprimento as Sr.ªs e os Srs. Deputados.

Portugal está a ficar com menos crianças, é um facto — menos irmãos, menos famílias numerosas e mais pessoas a viver sozinhas. A consequência vê-se nas escolas do interior, que fecham; na perda de vitalidade, nessa mesma zona do País; e na pressão que temos, neste momento, sobre os cuidados aos mais idosos.

Portugal está nos 1,4 filhos por mulher. Não chega para renovar a população.

Em 2025, houve mais nascimentos: mais 3122 do que em 2024. Este é um dado positivo, é inegável, mas cerca de um terço destes nascimentos são filhos de mães de naturalidade estrangeira. Embora todos os nascimentos contem, esta melhoria global não dispensa uma política de natalidade sólida dirigida às famílias que vivem, trabalham e querem criar filhos em Portugal.

Mesmo com este crescimento, o saldo natural mantém-se negativo. Continuamos a morrer mais do que a nascer: mais precisamente, há mais 34 000 mortes do que nascimentos.

Acompanhamos, por isso, as iniciativas do CDS, que são contributos positivos porque partem de uma constatação que é justa: uma família com filhos não pode ser tratada pelo sistema fiscal como se tivesse os mesmos encargos de uma família que não tem dependentes — isto é um facto inegável.

Mas as dificuldades das famílias começam, muitas vezes, antes mesmo de terem filhos, e muito antes de terem o terceiro filho; começam quando os jovens não podem sair de casa dos pais porque não têm um vencimento que lhes permita uma vida estável, que lhes permita arrendar uma casa; começam quando o contrato de trabalho não é estável e não lhes dá o necessário para pensarem em ter filhos; começam quando não têm uma creche; começam quando uma mãe teme não ter resposta numa urgência obstétrica, para poder parir o seu filho, para poder ter a vigilância da sua gravidez e para poder ter condições para acompanhar os seus bebés.

Aplausos do CH.

Por isso, o Chega traz uma proposta integrada de promoção da natalidade e apoio às famílias, assente nos impostos, nos encargos contributivos, nas prestações sociais e no apoio efetivo às famílias, sobretudo nos primeiros anos de vida das suas crianças.

Ao Estado não compete decidir quantos filhos devem ter as famílias, compete-lhe deixar de penalizar quem os quer ter, assim como lhe compete valorizar as famílias que trabalham, educam filhos e ajudam a garantir o futuro de Portugal.

Aplausos do CH.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal, a quem dou a palavra.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Cláudia Estêvão, nós acompanhamos esta preocupação com a taxa de natalidade.

O Chega apresenta um projeto de resolução, onde fala de medidas fiscais, parafiscais e de Segurança Social para apoiar a natalidade, e eu gostaria de perguntar à Sr.ª Deputada exatamente que medidas são essas, porque lá não estão.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada não tem tempo para a respetiva resposta, e vamos passar…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Eu transfiro 30 segundos!

O Sr. **Presidente**: — Então, há uma transferência de 30 segundos da Iniciativa Liberal para o Chega, para permitir à Sr.ª Deputada responder ao pedido de esclarecimento.

Pausa.

Tem então 29 segundos, mais a tolerância, Sr.ª Deputada, para poder responder.

A Sr.ª **Cláudia Estêvão** (CH): — Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, acho que seria sensato ter lido a nossa proposta com mais atenção.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não está lá nada!

A Sr.ª **Cláudia Estêvão** (CH): — De qualquer maneira, o que o Chega propõe é, entre muitas coisas, o alívio do IMI em função do número de filhos; a facilitação do acesso à habitação por jovens casais que querem constituir família;…

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Como é que se faz isso?!

A Sr.ª **Cláudia Estêvão** (CH): — … a possibilidade de terem creches para colocarem os seus filhos;…

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — E como é que se faz isso?

A Sr.ª **Cláudia Estêvão** (CH): — … exigir reforçar e alargar as licenças de maternidade e de paternidade.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Como é que faz isso?!

A Sr.ª **Cláudia Estêvão** (CH): — Os senhores partem do pressuposto errado. Não podemos estar sempre a carregar sobre os mesmos, a carregar sobre quem…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não há lá nada!

O Sr. **Presidente**: — Não tendo mais inscrições, vamos passar ao encerramento.
Para esse efeito, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.as e Srs. Deputados: O CDS tem, por sessão legislativa, um agendamento potestativo, e escolheu o tema da natalidade. Hoje, como no passado, priorizámos aquilo que, para nós, é essencial: a demografia e a natalidade, aquilo que somos como país, aquilo que recebemos e aquilo que queremos continuar a ser. E não podemos continuar a ser o país que somos se não conseguirmos esta renovação geracional.

É certo que, durante este debate, houve, como é normal, algumas divergências, algumas tricas sobre aquilo que os partidos que governaram no passado fizeram, ou não fizeram, e sobre aquilo que este Governo agora está a fazer, e bem. Não é o mais importante. O mais importante é que ninguém conseguiu pôr em causa a pertinência da proposta mais concreta que o CDS aqui traz.

Nós sabemos que a renovação geracional se faz a partir dos 2,1 filhos por mulher, ou seja, ao ter mais do que dois filhos. E o que é que o CDS faz, com a proposta que hoje aqui apresenta? O que faz é, no âmbito das políticas públicas, criar um incentivo positivo para que as famílias possam chegar a esse objetivo dos três filhos.

O que o CDS faz não é impor que tenham esses três filhos, não é substituir-se às famílias nessa escolha, nem sequer é limitá-la aos três filhos, porque permite ter também esta acumulação a partir do terceiro filho; é permitir que tenhamos no IRS o objetivo claríssimo de conseguir esta renovação geracional.

Com o acréscimo da duplicação por filho, a partir do terceiro, o que entendemos é que abrimos um caminho.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Abrimos um caminho que depois concretizamos com o nosso projeto de resolução, com mais medidas fiscais, com mais medidas de políticas públicas, com melhores incentivos à natalidade, mas também com mais incentivos à conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.

Vamos votar daqui a pouco, e estamos certos de que a votação favorável desta proposta do CDS será um contributo positivo para que melhoremos…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Terminado este ponto da nossa ordem do dia, vamos passar à fase das votações.

Pedia aos serviços para abrirem o sistema para as Sr.as e os Srs. Deputados se registarem. A quem tiver alguma dificuldade, peço o favor de se anunciar, para que fique registado.

Peço aos serviços para registarem a minha própria presença.

Pausa.

Algum Sr. Deputado ou Sr.ª Deputada não conseguiu registar-se?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não consegui registar-me, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado. Mais alguém?

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Também não consegui, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Está registada. Mais alguém?

Pausa.

Não havendo mais Sr.as ou Srs. Deputados a registar, podemos encerrar o sistema.

Pausa.

Temos 208 presenças, pelo que há condições para podermos proceder às votações.

O guião tem 11 páginas, e, portanto, quanto maior for a normalidade com que decorrer mais fácil será terminarmos este ponto.

Vamos começar pelo Projeto de Voto n.º 623/XVII/1.ª (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Flórido Adolfo da Silva Marques, e pedia à Sr.ª Secretária da Mesa Joana Lima o favor de proceder à respetiva leitura.

A Sr.ª **Secretária** (Joana Lima): — Sr. Presidente, passo a ler o projeto de voto:

«Faleceu, no passado dia 10 de junho, aos 83 anos de idade, Flórido Adolfo da Silva Marques, destacado militante socialista, resistente à ditadura e cidadão exemplar, cuja vida ficou profundamente ligada à construção e consolidação da democracia.

Nascido a 4 de julho de 1942, Flórido Marques dedicou grande parte da sua vida à defesa da liberdade, da democracia e dos valores do socialismo democrático. O seu percurso cívico e político constitui um testemunho notável de compromisso com o serviço público e com a participação democrática, sempre pautado por elevados princípios de integridade, dedicação e sentido de missão.

Foi Deputado à Assembleia Constituinte, integrando o conjunto de mulheres e homens que tiveram a responsabilidade histórica de lançar os alicerces do regime democrático consagrado na Constituição da República Portuguesa. O seu contributo para esse momento fundador da democracia portuguesa permanece como parte relevante do legado coletivo de todos aqueles que ajudaram a construir um Portugal livre, plural e democrático.

Ao longo de muitos anos, desempenhou igualmente funções como funcionário do Partido Socialista, servindo a organização com dedicação, lealdade e profundo espírito de compromisso.

No distrito de Viseu, onde deixou uma marca indelével, foi o primeiro militante da concelhia de Viseu do Partido Socialista, assumindo um papel determinante no crescimento, afirmação e consolidação do partido naquela região. A sua ação política e cívica, desenvolvida ao longo de décadas, constituiu um exemplo de entrega à causa pública e de defesa dos valores da justiça social, da solidariedade e da igualdade de oportunidades.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu pesar pelo falecimento de Flórido Adolfo da Silva Marques, presta homenagem à sua memória e ao seu percurso de vida e apresenta à sua família, aos amigos e camaradas e ao Partido Socialista as mais sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Segue-se o Projeto de Voto n.º 633/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR) — De pesar pelas vítimas dos sismos que atingiram a Venezuela, e peço ao Sr. Secretário Francisco Figueira o favor de ler.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«A 24 de junho de 2026, a Venezuela foi atingida por violentos sismos que provocaram um grande número de mortos, feridos e desalojados. Os abalos sísmicos causaram também um cenário de grande destruição, afetando particularmente a região de Caracas e outras zonas do norte do país, mobilizando amplas operações de emergência, socorro e assistência humanitária.

Neste momento de enorme sofrimento, a Assembleia da República apresenta as suas mais sentidas condolências às famílias das vítimas, deseja uma rápida recuperação a todos os feridos e exprime a sua solidariedade para com todos os cidadãos e comunidades afetados por esta catástrofe natural. Os povos português e venezuelano estão unidos por profundos laços históricos, culturais e humanos que se refletem na numerosa comunidade portuguesa e luso-venezuelana residente na Venezuela.

Particularmente a estes cidadãos, o Parlamento expressa uma mensagem de proximidade, solidariedade e preocupação. Assinala também o empenho das equipas de proteção civil, dos profissionais de saúde, das forças de segurança, dos voluntários e de todas as entidades envolvidas nas operações de socorro e assistência às populações afetadas.

A Assembleia da República, reunida em Plenário, manifesta profundo pesar para com todas as vítimas desta tragédia, expressa ainda a sua solidariedade para com o povo venezuelano e formula votos de que os esforços de emergência e recuperação permitam ultrapassar, com a brevidade possível, as consequências da situação.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, na sequência das votações a que acabámos de proceder, vamos guardar 1 minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Vamos passar ao Projeto de Voto n.º 624/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR) — De saudação pelo Dia Nacional da Liberdade Religiosa e do Diálogo Inter-religioso.

Saúdo a presença, nas galerias, de Sua Excelência Reverendíssima, o Núncio Apostólico, D. Andrés Carrascosa Coso; do Sr. Comendador Nazim Ahmad, Representante Especial do Imamat Ismaili; de Sua Excelência Reverendíssima, o Patriarca de Lisboa, D. Rui Valério; de Sua Excelência, o Embaixador António Almeida Ribeiro, Secretário-Geral Interino do KAICIID – Centro Internacional de Diálogo; e de membros da Comissão da Liberdade Religiosa e do Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-Religioso, que saúdo particularmente.

Dada a importância deste voto, vou passar a lê-lo:

«Assinalou-se, a 22 de junho, o Dia Nacional da Liberdade Religiosa e do Diálogo Inter-religioso. Esta data assume, em 2026, maior relevância porque se cumprem 25 anos da Lei da Liberdade Religiosa.

A liberdade religiosa é um direito humano fundamental, que decorre da liberdade de consciência e expressa a capacidade do ser humano de se colocar diante de si mesmo, pesando o sentido da própria vida e a relação com o transcendente. Ao mesmo tempo, não se esgota na privacidade da consciência: tem dimensões públicas e comunitárias e implica os direitos de culto, manifestação, expressão e educação.

Portugal, cuja história é indissociável da herança católica, foi sempre moldado pelo encontro entre tradições religiosas. O País compreende a relevância pública das diversas religiões e o contributo que prestam em domínios tão variados como a assistência social, a integração das comunidades imigrantes, o enquadramento comunitário, psicológico e espiritual dos cidadãos e a promoção das artes e da cultura, do ensino e do património.

Portugal possui, no diálogo inter-religioso e intercultural, credenciais reconhecidas. Recentemente, Lisboa foi escolhida para sede do KAICIID– Centro Internacional de Diálogo, tendo acolhido há dois anos o seu Fórum Global. No ano anterior, recebeu a Jornada Mundial da Juventude, organizada pela Igreja Católica, e a sede do Imamat Ismaili, marcos que expressam uma vocação de respeito e convivência cívica.

A Assembleia da República, reunida em Plenário, saúda esta efeméride. Presta tributo às instituições que promovem o diálogo e a abertura, nomeadamente a Comissão da Liberdade Religiosa e o Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-religioso, e reconhece nas comunidades religiosas entidades indispensáveis na construção do bem comum.»

Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa deste projeto de voto.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Aplausos gerais, de pé.

Vamos agora votar a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 628/XVII/1.ª (apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias) — De saudação pelo Dia da Região Autónoma da Madeira e das Comunidades Madeirenses, no quadro das comemorações dos 50 anos da autonomia.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Segue-se a votação da parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 629/XVII/1.ª (apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias) — De saudação pelos 50 anos da autonomia dos Açores.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Aplausos gerais.

Vamos ter amanhã uma sessão particularmente dedicada às autonomias e poderemos expressar também o mesmo sentido de apreço pelas mesmas.

Continuando, votamos agora a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 630/XVII/1.ª (apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão) — De congratulação pelos 50 anos do Centro de Integração e Reabilitação de Tomar.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 1094/XVII/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Barcelona e Paris.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos agora à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 672/XVII/1.ª (CDS-PP) — Aumenta a dedução à coleta de IRS, duplicando o acréscimo a partir do terceiro filho, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do PCP e do BE e a abstenção do L.

A iniciativa baixa à 5.ª Comissão.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O PCP não quer filhos!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O Bloco de Esquerda é contra as famílias.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 1067/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento de uma estratégia nacional para a natalidade nas áreas da fiscalidade e da segurança social.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do PCP e do BE e as abstenções do PS e do L.

Este projeto de resolução baixa à 5.ª Comissão.

Votamos de seguida, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 653/XVII/1.ª (L) — Atualização e majoração do limite de dedução de despesas de educação e formação em função do número de dependentes do agregado familiar.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS e do PCP.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ai a família, a família! Tem dias!…

O Sr. **Presidente**: — Continuamos com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 674/XVII/1.ª (PS) — Reforça o complemento garantia para a infância, assegurando a aplicação das majorações previstas nas deduções por dependentes em sede de IRS.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

O projeto de lei baixa à 5.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 677/XVII/1.ª (L) — Apoio à infância e equidade fiscal: criação de um crédito fiscal que incentiva a natalidade, apoia as famílias e combate a pobreza infantil.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS, da IL e do BE.

O Sr. Deputado Mário Amorim Lopes pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, é para corrigir o sentido de voto na votação anterior, no projeto de lei do Partido Socialista. A nossa posição é a favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Viram que tinha sido aprovado e quiseram mudar o sentido de voto!…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Já estava aqui assinalado desde o início, não somos o Chega!

O Deputado da IL Mário Amorim Lopes exibiu um guião de votações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se não se importa, era mais útil se olhasse para a Mesa, para a Mesa ficar esclarecida. O voto é contra ou é a favor?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — A favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, fica registado.

Vamos continuar com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 1054/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a avaliação da execução e do impacto do complemento garantia para a infância e o estudo de mecanismos reembolsáveis associados a deduções fiscais.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e da IL.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 1070/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo a criação de um verdadeiro quociente familiar em sede de IRS, considerando os dependentes na aplicação das taxas progressivas.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do BE.

De seguida, votamos, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 1071/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo o reforço dos apoios sociais à natalidade, à primeira infância e às famílias com dependentes.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 1082/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a promoção do aumento da taxa de natalidade com base na tributação fiscal e parafiscal e nas prestações sociais.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD, do PCP e do BE e a abstenção do L.

Esta iniciativa baixa à 5.ª Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, do texto de substituição, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo à Proposta de Lei n.º 85/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a criar a prestação social única no âmbito do subsistema de solidariedade.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos contra do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Antes de passarmos para o guião suplementar, para votarmos, na especialidade, as propostas de alteração apresentadas pela IL a este texto de substituição, há a possibilidade de haver um período de debate, com 2 minutos para cada grupo parlamentar e 1 minuto para cada DURP (Deputado único representante de partido) que se deseje pronunciar. No final, todos terão direito a declarações de voto orais de 2 minutos, aí sim, iguais para os grupos parlamentares e para cada um dos DURP, ao abrigo do n.º 4 do artigo 155.º do Regimento, que com certeza já decoraram face àquilo que foram os últimos Plenários. Quem se quiser inscrever, faça o favor de o fazer.

Em primeiro lugar, dou a palavra à Sr.ª Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A proposta que aprovámos e que estivemos a discutir ontem, longamente, em comissão, apenas dispensa automaticamente das atividades socialmente úteis quem tem incapacidade igual ou superior a 80 %, ou seja, entre os 60 % e 79 % de incapacidade, será preciso fazer uma avaliação individual de compatibilidade da situação da pessoa ao trabalho que vai desenvolver.

Falamos de pessoas em situação de especial vulnerabilidade, para quem a imposição destas atividades é completamente desproporcional e injusta. Não faz qualquer sentido. Além disso, cria-se uma nova camada de burocracia que, num processo que é suposto ser de simplificação e de desburocratização, não se compreende.

Por isso, a proposta da Iniciativa Liberal é a de baixar o limite da dispensa para os 60 % e eliminar a avaliação individual, garantindo regras muito mais previsíveis e claras para todos, sem burocracias e sem custos administrativos completamente desnecessários.

Além disso, o processo foi todo feito com tanta urgência, com um processo de especialidade e de audições a uma velocidade completamente absurda, e, a seguir, o prazo da autorização legislativa, que era de 90 dias, passou para 120 dias, sem que isto também se compreenda. Por isso, propomos, obviamente, que o prazo seja de 90 dias. Queremos isto feito rapidamente para garantir que o valor em causa do PRR não se perde.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, tem a palavra, para uma intervenção.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente: Este processo começou mal. Já sabíamos, há dois anos, que esta proposta teria de entrar no Parlamento, que teria de ser aprovada e, durante estes dois anos, o Governo decidiu não fazer nada, porque, teoricamente, estaria à espera de um estudo da OCDE.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Mas, depois, a proposta que é apresentada no Parlamento nem sequer cumpre as recomendações da própria OCDE e nem sequer segue as recomendações que os especialistas defenderam no processo de especialidade, que foi absolutamente de loucos, no Parlamento. Foi um processo feito de uma forma condensada, sem nenhum cuidado com o tempo que precisamos de ter para discutir estes assuntos, na especialidade.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Fala por ti!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Os especialistas foram muito claros ao dizerem que era preciso ter cuidado na maneira como esta proposta da prestação social única pode ser implementada e foram também muito claros ao dizerem que a proposta inicial que o Governo trazia tinha imensos problemas e que era, na verdade, um combate aos pobres e não um combate à pobreza.

Esta prestação social única, que vem fundir 13 prestações, deveria ter uma avaliação real dos seus impactos e não conhecemos essa avaliação real.

Felizmente, o PSD percebeu que não consegue negociar com a extrema-direita e que precisa, então, de negociar com a outra metade do Parlamento.

Protestos do CH e contraprotestos do Deputado do L Jorge Pinto.

Portanto, a proposta que hoje vamos votar é, na verdade, muito melhor do que a proposta inicial que o Governo nos trouxe, e felicito esta capacidade de negociação, mas, mesmo assim, ainda não é uma proposta que verdadeiramente apoia as pessoas, pois continua a exigir a possibilidade do trabalho social aos beneficiários destas 13 prestações sociais que hoje funde e inclui o valor de apoios à habitação no rendimento das famílias.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não sabes do que é que estás a falar!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Portanto, há aqui uma série de questões que vêm agravar a prestação social única.

Depois, uma questão muito concreta é que não conhecemos o valor que está na base da prestação social única.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Da segurança social!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Estamos a legislar, estamos a decidir com base numa coisa que não sabemos. Não conhecemos o valor e, por isso, votaremos contra.

Aplausos do L.

Protestos de Deputados da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Inês Sousa Real, tem a palavra para uma intervenção e dispõe de 1 minuto.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente: Começo por saudar a capacidade que o PS teve de chamar o PSD ao centro democrático deste Parlamento, para haver uma maior capacidade de diálogo, dentro daquilo que as pessoas lá fora esperam que seja, e para não termos um processo que, sobre uma ideia de desmaterialização, vem, no fundo, cortar a despesa pública naquilo que diz respeito a apoios sociais muito importantes.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é verdade, Sr.ª Deputada!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — No que diz respeito à proposta da Iniciativa Liberal, o PAN vai acompanhá-la, porque entendemos que vai mitigar alguns dos requisitos que a proposta inicial tinha, nomeadamente os 80 % de incapacidade, mas também vai eliminar o requisito da avaliação individual. Apesar de não ser a solução ideal, porque não acompanhamos a matriz que está na base desta proposta no seu todo, entendemos que vem, de facto, melhorar aquilo que é necessário para desburocratizar, em particular no caso de algumas doenças e incapacidades, inclusive oncológicas. Por isso mesmo, acompanharemos, mesmo em

relação ao prazo, porque numa proposta que tem por vista não perder fundos comunitários, nomeadamente do PRR, não faz sentido que o Governo tenha 120 dias ao invés dos 90.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas é o Parlamento que sabe quanto tempo é que o Governo precisa?!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Assim, vêm pôr por terra o próprio argumento que o Governo utilizou inicialmente para convencer este Parlamento a ter um processo de urgência, completamente a atropelar aquela que teria de ser a participação de todas as forças políticas.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Sandra Pereira, do PSD, para uma intervenção, dispondo de 2 minutos.

A Sr.ª **Sandra Pereira** (PSD): — Sr. Presidente: Permitam-me contrariar esta proposta de alteração com factos concretos.

Em primeiro lugar, o PSD não recebe lições de humanidade de ninguém. Se há partido humanista que se centra na pessoa, é exatamente o PSD.

Aplausos do PSD.

Protestos de Deputados do PS.

Sr. Presidente, vou dar aqui o meu exemplo pessoal: fui diagnosticada com cancro recentemente, estou ainda em tratamento, numa fase final, tenho 60 % de incapacidade e nunca deixei de trabalhar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

E, como eu, há mais pessoas na minha bancada nesta situação. Nunca deixaram de trabalhar,…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — E acham isso normal?!

A Sr.ª **Sandra Pereira** (PSD): — … estando sujeitas até a tratamentos mais difíceis do que aqueles que eu tive.

Protestos do PS.

Qualquer pessoa — é um benefício que o Estado dá — que tenha um cancro oncológico, nomeadamente da mama, tem imediatamente um benefício, por causa de todas as situações por que têm de passar, com incapacidade de 60 %, mas isso não dita, nem deve ditar, que as pessoas não possam trabalhar. Cada caso é um caso e tem de ser avaliado entre os 60 % e 80 %.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mas é claro!

A Sr.ª **Sandra Pereira** (PSD): — A nossa proposta é que cada caso seja avaliado casuisticamente, individualmente,…

Protestos do L.

… tendo em conta os tratamentos que a pessoa faz e o impacto que esses tratamentos têm nas pessoas, que são diferentes. Há pessoas com os mesmos tratamentos que, infelizmente, ficam mais incapacitadas do que outras, e esse é um juízo médico, não é um juízo do Parlamento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, tem a palavra, para uma intervenção.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ou seja, os mais pobres dos pobres ainda não sabem quanto é que vão receber da prestação social única, mas já sabem que estão condenados a trabalhar — a trabalhar de borla, que é isso que os senhores querem impor.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem! É isso!

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais e da Deputada do CH Felicidade Vital.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Tenham até 60 %, tenham mais de 80 %, é a isso que esta lei pretende obrigar.

Lamento informar a Iniciativa Liberal, mas a Iniciativa Liberal não mitiga coisa nenhuma, porque o que verdadeiramente está em causa é que o preconceito da direita contra os pobres é tal, que ela quer fazer-lhes pesar na consciência e no corpo a obrigação de trabalhar, em sinal de agradecimento pela esmola que recebem do Estado.

Isto não é só uma visão passadista, isto é uma visão profundamente desumana!

Aplausos do PCP e do L.

E não, não libertam os pobres da pobreza com recursos como estes.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Srs. Deputados, também não vale a pena vir agora a reboque do Governo, que queria uma discussão instantânea desta iniciativa, baixando agora para 90 dias a autorização legislativa. Já agora, insisto que o PCP foi muito claro em relação a esta matéria, primeiro, contra a autorização legislativa, segundo, contra, contra e contra o calendário a mata-cavalos que nos impuseram e que não aceitamos em circunstância alguma.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, tem a palavra, para uma intervenção. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que aconteceu nesta negociação da prestação social única, para infortúnio de muitos, não foi nenhuma chamada do PSD ao centro político ou ao centrão. O que aconteceu aqui foi isto, puro e duro: o Chega não aceita, nunca aceitará, que alguém que venha para este País, sem contribuir um cêntimo, receba subsídios pagos pelos portugueses. Nunca aceitará!

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PS.

Por isso mesmo, o PSD foi ter com o PS, porque para o PS já estava bem antes, e está bem agora, que qualquer um que venha saque da segurança social o que os nossos ex-combatentes e os nossos miseráveis idosos não têm.

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PSD.

E também está errado — está errado mesmo — obrigarmos os nossos cidadãos portugueses a trabalhar com cancro, quando ciganos e outras minorias há anos que não trabalham neste País!

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

Vozes do PSD: — Não é verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Queremos obrigar a trabalhar os nossos com cancro, com doenças crónicas, para receber 100 €, mas aqueles que há anos vivem de sacar subsídios continuam sem fazer nada e mantêm-se iguais há anos neste País.

Aplausos do CH.

Está errado! E é por isso que o PSD foi ter com o PS. Está errado, como está errada a habitação social. Se queremos trazer habitação social, temos de saber isto: é errado dar a antigos presidiários e àqueles que andaram a traficar droga, e andam a traficar droga, casas das câmaras municipais.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Foi bar aberto durante décadas e agora era o momento de acabarmos com isso. O PSD não quis acabar com isso, ficou refém do PS. Ficamos sós, mas com a razão do nosso lado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Fabian Figueiredo tem agora a palavra, para uma intervenção, dispondo de 1 minuto.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente: A prestação social única entrou mal no Parlamento, sai menos mal. Pelo menos agora, ninguém desmente os Deputados da oposição quando acusaram, uma vez e outra, esta lei de ser cruel, porque queria obrigar doentes oncológicos e pessoas com incapacidade até 80 % a prestar trabalho obrigatório.

Protestos do CH.

Felizmente, isso foi mitigado, mas não desapareceu e deve desaparecer.

Mesmo assim, o Sr. Deputado André Ventura não consegue fazer este debate sem dizer a verdade, porque a lei não permite que uma pessoa venha de outro país para receber a PSU (prestação social única). Está expressamente proibido!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não está, não!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O Sr. Deputado André Ventura devia fazer um trabalho social, em abono da verdade,…

Aplausos do L.

… que é para ver se, por uma vez, consegue, neste Parlamento, divergir com base nos factos, mas nem aqui!

Já agora, Sr. Deputado, que é um brilhante jurista, eu gostava que o Tribunal Constitucional tivesse de apreciar as vossas propostas de alteração em matéria de se imiscuírem na competência das autarquias locais. Seria o vexame jurídico do ano!

Protestos do CH.

Por isso, Sr. Deputado, as suas alterações nunca se preocuparam com a pobreza dos portugueses, antes com a pobreza de espírito do seu partido.

Aplausos do L.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, terminou este período de debate e, dado que mais ninguém está inscrito, vamos proceder à votação, na especialidade. Depois, haverá a votação final global, com as respetivas inscrições para declarações de voto orais, para quem desejar fazê-lo.

Vamos, então, começar por votar a proposta, apresentada pela IL, que substitui a alínea *j*) do artigo 2.º da proposta de lei em apreço.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e do L.

Era a seguinte:

j) Dispensar das atividades previstas na alínea anterior as pessoas com incapacidade certificada através de atestado médico de incapacidade multiuso igual ou superior a 60 %, bem como as pessoas cuja situação clínica ou funcional seja declarada incompatível com essas atividades.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para anunciar a entrega de uma declaração de voto escrita em relação a esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Vamos, agora, votar a proposta, apresentada pela IL, que substitui o artigo 3.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do PAN e do JPP e as abstenções do L e do BE.

Era a seguinte:

Artigo 3.º
Duração

A autorização concedida pela presente lei tem a duração de 90 dias.

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora proceder à votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade, em sede de comissão.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Passamos, agora, à votação final global do texto de substituição, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo à Proposta de Lei n.º 85/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a criar a prestação social única no âmbito do subsistema de solidariedade.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, os votos contra do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e da IL.

Tem a palavra o Sr. Deputado Almiro Moreira.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, é para solicitar a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões relativamente a este texto de substituição.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar este requerimento.

Submetido à votação, foi rejeitado, com o voto contra do PCP, os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP e a abstenção do BE. (De acordo com o disposto nos artigos 156.º e 157.º do RAR)

Srs. Deputados, estamos na fase de inscrição, para quem quiser produzir declarações de voto orais.

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista deseja inscrever-se para uma declaração de voto oral.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Peço aos restantes Srs. Deputados que desejem produzir declarações de voto que se inscrevam, sendo que presumo que todos os grupos parlamentares e Deputados únicos pretendam fazê-lo, para o que irão dispor de 2 minutos.

Entretanto, vamos continuar com as votações e passamos à votação final do Projeto de Resolução n.º 563/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a concretização da ligação do IC5 ao Santuário de Santo Antão da Barca.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 564/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a concretização da extensão do IC5 até à sede do concelho de Miranda do Douro e a ligação a Palaçoulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Segue-se a votação final do Projeto de Resolução n.º 565/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da EN217, entre Lagoa (Macedo de Cavaleiros) e a ponte que liga ao concelho de Mogadouro.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 570/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a verificação urgente da segurança estrutural das infraestruturas públicas críticas em todo o território nacional.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, da IL, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do PS, do L, do PCP e do CDS-PP.

Vamos passar à votação final do Projeto de Resolução n.º 572/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que solicite à Comissão Europeia uma extensão especial de tempo no que respeita às componentes relativas à habitação e infraestruturas.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL, do L, do PCP e do BE.

Procedemos agora à votação final do Projeto de Resolução n.º 848/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a realização urgente de uma avaliação técnica independente à estrutura do Palácio da Justiça da Praia da Vitória, na ilha Terceira.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções do L e do PCP.

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 886/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a urgente reabilitação e modernização dos tribunais da Região Autónoma dos Açores.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções do L e do PCP.

Segue-se a votação final do Projeto de Resolução n.º 962/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um estatuto de proteção do binómio cinotécnico, com reforço do apoio financeiro, assistência médico-veterinária e medidas de valorização dos cães de serviço das forças de segurança, Forças Armadas e estruturas de socorro.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do PAN e do JPP e as abstenções da IL, do L, do PCP, do CDS-PP e do BE.

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 1005/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo medidas de reforço da resposta aos danos no património cultural classificado causados pelas tempestades de 2026 e a adoção de um programa preventivo nacional de avaliação e salvaguarda do edificado classificado.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do L e do PCP.

Procedemos agora à votação final do Projeto de Resolução n.º 1078/XVII/1.ª (PCP) — Plano nacional extraordinário de mitigação de riscos, proteção e salvaguarda do património cultural afetado pelas intempéries de 2026.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 1083/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a realização de um levantamento nacional do património cultural, a definição de um programa plurianual de conservação e salvaguarda e o reforço dos meios humanos e financeiros das entidades públicas com atribuições na sua proteção.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do CH e do CDS-PP.

Passamos à votação final do Projeto de Resolução n.º 209/XVII/1.ª (PCP) — Pela gestão pública da Fundação de Serralves e a garantia da gratuitidade da entrada em Serralves em todos os fins de semana e feriados.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Júlia Rodrigues.

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, é para anunciar a entrega de uma declaração de voto escrita por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 418/XVII/1.ª (PS) — Recomenda a avaliação da comparticipação de dispositivos de avanço mandibular (DAM), no Serviço Nacional de Saúde.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

Seguimos para a votação final do Projeto de Resolução n.º 419/XVII/1.ª (PS) — Comparticipação de dispositivos para autodiagnóstico de doentes submetidos a terapêutica anticoagulante oral.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

Vamos proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Resolução n.os 950/XVII/1.ª (CDS-PP) e 952/XVII/1.ª (IL) — Pela reorganização das forças de segurança pública e pelo reforço do policiamento de proximidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Segue-se a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Resolução n.os 704/XVII/1.ª (CH), 949/XVII/1.ª (PAN) e 954/XVII/1.ª (L) — Promoção da saúde mental e prevenção do suicídio nas forças de segurança.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 327/XVII/1.ª (PCP) — Valorização da carreira de bombeiro sapador.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Agora procedemos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo aos Projetos de Resolução n.os 195/XVII/1.ª (CH), 202/XVII/1.ª (PS) e 476/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a reativação, valorização e sustentabilidade da fileira da lã em Portugal.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE e do JPP e as abstenções do PSD, da IL, do CDS-PP e do PAN.

Vamos proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.os 869/XVII/1.ª (CH), 941/XVII/1.ª (PCP) e 945/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para o estudo, conservação, salvaguarda e valorização da Anta Grande do Zambujeiro, em Évora.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

Vamos proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo aos Projetos de Resolução n.os 667/XVII/1.ª (L), 966/XVII/1.ª (PSD), 971/XVII/1.ª (IL), 980/XVII/1.ª (PS) e 984/XVII/1.ª (CH) — Recomenda a adoção de medidas para promover a igualdade de condições nos exames nacionais para os estudantes com daltonismo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Seguimos para a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo ao Projeto de Lei n.º 312/XVII/1.ª (PS) — Estabelece o Regime Jurídico dos Estudantes com Necessidades Educativas Específicas no Ensino Superior.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Vamos proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo ao Projeto de Lei n.º 31/XVII/1.ª (CH) — Pela promoção da inclusão dos jovens com necessidades educativas específicas no ensino superior.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do L, do PCP e do CDS-PP.

Vamos proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão da Reforma do Estado e Poder Local, relativo à Proposta de Lei n.º 66/XVII/1.ª (GOV) — Aprova um regime excecional e temporário relativo aos deveres específicos e limites constantes da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PCP.

Srs. Deputados, dou agora a palavra ao Sr. Secretário para ler o parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar do Sr. Deputado José Frederico Abecassis Dotti, no âmbito do Inquérito 2195/24.9T9TMR, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca de Santarém — Juízo de Instrução Criminal de Santarém — Juiz 1.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, vamos agora passar ao período das declarações de voto orais relativas à Proposta de Lei n.º 85/XVII/1.ª.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Partido Socialista viabilizou a Proposta de Lei n.º 85/XVII/1.ª, porque o Partido Socialista jamais poderia abandonar os mais vulneráveis e muito menos poderia abandonar o País.

Aplausos do PS.

Os mais vulneráveis. Dissemos desde o início: não fazemos a política dos pobres contra os pobres, fazemos a política de construção de uma sociedade coesa. Dissemos desde o início: a proposta de lei, tal como veio, teria o voto contra do Partido Socialista. O processo negocial que foi conduzido nos últimos dias acabou com um texto final, que votámos hoje, que honra o passado do Partido Socialista, desde o rendimento mínimo garantido, desde o rendimento social de inserção e todas as políticas sociais do Partido Socialista ao longo dos últimos 30 anos.

Aplausos do PS.

Não podíamos abandonar o País. O País está a poucas semanas de concluir um marco fundamental do PRR e este partido, na liderança do Governo, muito se bateu para que o Plano de Recuperação e Resiliência, o PRR, fosse uma realidade. Falhar ao País neste momento era não cumprir o marco. O Partido Socialista, desde o princípio, esteve ao lado daqueles que queriam cumprir o PRR, e demos o nosso contributo.

Não votámos a favor. Não votámos a favor, porque é uma autorização legislativa, porque o processo legislativo merecia ter tido mais espaço, mais tempo; mas com esta autorização legislativa, com esta proposta de lei, foi salvaguardado o essencial da proteção daqueles que precisam de políticas de inclusão.

O combate à pobreza está presente neste documento, o humanismo está presente neste documento final. O Partido Socialista viabilizou aquilo que é uma necessidade para os mais pobres, para os mais vulneráveis e uma necessidade para o País. Honrámos a nossa história, honrámos o nosso partido.

Aplausos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Agora no Orçamento é a mesma coisa!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Orçamento é uma desculpa!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A reforma do sistema dos apoios sociais e a criação da prestação social única era um compromisso deste Governo e prova, uma vez mais, que este é um Governo reformista e que aprova as reformas necessárias.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

E esta era mesmo uma reforma necessária para tornar um sistema fragmentado num sistema mais simples, mais transparente e muito mais exigente.

Gostaria de destacar quatro aspetos que, para o CDS, são fundamentais nesta reforma. Em primeiro lugar, vai ser preciso um período mínimo de residência legal para poder aceder à PSU.

Vozes do PS: — Já era!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não será possível, por isso, que estrangeiros recém-chegados legalmente e, muito menos, estrangeiros chegados ilegalmente, acedam à PSU. E este era um aspeto fundamental do CDS.

Em segundo lugar, para receber a PSU, os beneficiários vão prestar atividades de solidariedade social no âmbito de um plano de inserção individualizado. Este também era um aspeto fundamental para o CDS.

Em terceiro lugar, na perspetiva do CDS, a PSU não podia ser um incentivo à preguiça, por isso, a PSU terá uma componente de incentivo ao trabalho para que ninguém ganhe mais recebendo subsídios do que ganhando um salário.

E, finalmente, há um reforço do combate à fraude nos apoios sociais. As prestações sociais são apenas para quem delas precisa e não para quem abusivamente as recebe. Perguntam: esta era a reforma de que a AD gostaria? Não. Fica aquém daquilo que o Governo e esta maioria conseguiriam e queriam, mas isso só será possível no dia em que a AD tiver maioria absoluta neste Parlamento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ainda bem que avisas!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, da IL.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Desde o início que a Iniciativa Liberal concordou com a criação de uma prestação social única. Há uma lógica de simplificação, de redução da burocracia; mas, depois, todo este processo foi completamente errado, como nós já tivemos a oportunidade de dizer. E acabamos por aprovar uma autorização legislativa que é um completo cheque em branco, porque continuam por saber muitos aspetos importantes, nomeadamente o valor de quanto é que vai receber, ou quem é que vai ficar mais ou menos desprotegido.

Neste processo, ainda assim, a Iniciativa Liberal empenhou-se bastante, fez bastantes propostas de alteração e todas foram rejeitadas. Isto mostra que, obviamente, não há, da parte deste Governo, nem dos grupos parlamentares que suportam este Governo, nenhum tipo de diálogo possível.

Um exemplo muito concreto daquilo que, para nós, é completamente inaceitável é obrigar doentes com cancro a fazer trabalho social para receber uma prestação social.

Srs. Deputados do PSD, dizem que não aceitam lições de humanismo de ninguém, mas eu vou dar uma lição de humanismo: acham normal que um doente com cancro seja obrigado a fazer trabalho social para receber uma prestação social?

Aplausos da IL, do L, do BE e da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.

Vozes do PSD: — Isso não é verdade!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Srs. Deputados, uma prestação social que é dirigida aos mais pobres dos mais pobres, e vamos obrigar um doente com cancro a prestar trabalho social? Sr.ª Deputada, há muitas situações, há muitos doentes com cancro que, sim, podem trabalhar, mas também há outros que, sob risco de vida, preferem passar mais tempo com os seus familiares, porque podem morrer.

Protestos de Deputados do PSD.

Srs. Deputados, sejam humanistas. Isto é completamente inaceitável — é inaceitável. Portanto, Srs. Deputados do PSD, não há diálogo possível, quando alguém defende algo como aquilo que os Srs. Deputados acabaram de defender neste Parlamento.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Isso é ser cínico!

A Sr.ª **Sandra Pereira** (PSD): — Isso é mentira!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — E é por esse motivo que a Iniciativa Liberal não pode votar a favor desta autorização legislativa.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Cristina Rodrigues, do Chega.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Partido Social Democrata tinha duas opções nesta proposta, ou negociava com o partido Chega, que queria mais rigor e justiça na atribuição de apoios sociais; ou ia para o Partido Socialista, onde encontra facilitismo e subsidiodependência, que é aquilo que querem para assegurar os seus votos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

Protestos de Deputados do PSD.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — A opção foi exatamente esta segunda e, portanto, aquilo que acabaram por negociar foi a queda do canal de denúncias. Ora, pergunto: porque é uma pessoa que verdadeiramente tem direito a receber um apoio social não pode ser sujeita a fiscalização? Nós percebemos que o Partido Socialista está habituado a fazer o que quer do dinheiro público, nós sabemos exatamente isso, mas não podemos deixar,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Isso é na António Maria Cardoso!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — … não podemos deixar que isto aconteça.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — O Chega está mais habituado à vozearia!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — O dinheiro dos portugueses merece respeito, quem contribui merece respeito.

Aplausos do CH.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Isso é não perceber as diferenças contributivas.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Aquilo que o Chega queria era simples: obviamente, quem é imigrante e vem para Portugal, tem de descontar — cinco anos — antes de ter acesso a apoios sociais. Cinco anos, tal como acontece em Itália, cinco anos, tal como acontece na Alemanha e, aliás, na Dinamarca são nove anos. E eu pergunto-me: será Portugal um país mais rico do que algum destes três que eu mencionei? Estamos a anos-luz, Srs. Deputados, a anos-luz.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Portanto, entre isso e rejeitar pôr um teto máximo, um tempo máximo, para se receber apoios sociais, o Partido Social Democrata achou que era melhor negociar com o PS.

Quanto a esta questão dos doentes, Sr.ª Deputada, fico muito satisfeita, mesmo, que consiga trabalhar, mas, efetivamente essa não é a realidade de muitos portugueses.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Sandra Pereira** (PSD): — Está enganada!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Não é! Não é! Não é. Portanto, não podemos tratar da mesma forma coisas que são diferentes. Quem tem condições para trabalhar, vocês defendem que continue a receber, uma

vida inteira, apoios sociais e não fazem nada; aos doentes com cancro, vocês obrigam a trabalhar. Por amor de Deus, tenham vergonha.

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Se trabalhasse numa fábrica, queria ver se conseguia continuar a trabalhar!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente: Uma primeira palavra para dar nota de que, em todo este processo, o Partido Social Democrata fez aquilo que o povo, nas últimas eleições, nos ditou.

Conversámos e negociámos e dialogámos com os partidos com representatividade parlamentar, designadamente com os dois que podiam constituir a maioria necessária para que acontecesse aquilo que hoje aconteceu, que foi a aprovação da prestação social única.

Não tenho, quero dizer, nenhuma razão de deslealdade em nenhum dos diálogos. Foi possível chegar a um acordo com o Partido Socialista — ainda bem —, não o foi com o Chega.

Vozes do CH: — Ainda bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, objetivos: simplificar o acesso à prestação social única de quem precisa, cumprido; reforçar o combate à fraude, cumprido; dignificar e incentivar ao trabalho — o trabalho honra, não desonra —, cumprido; dignificar os beneficiários com a atividade solidária social, cumprido; combate à subsidiodependência e, sobretudo, combate à subsidiodependência para tirar as pessoas da pobreza e devolver-lhes a dignidade.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Foram esses os objetivos a que nos propusemos na prestação social única, todos eles foram cumpridos.

Queria, Sr. Presidente, deixar uma mensagem de absoluta firmeza do Grupo Parlamentar do PSD. O Deputado André Ventura terminou a sua intervenção a dizer que ficou só.

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não, o Sr. Deputado André Ventura não ficou só, o Sr. Deputado André Ventura votou contra todos estes objetivos que eu aqui elenquei: votou contra a subsidiodependência; votou contra o reforço do combate à fraude; votou contra a dignificação do trabalho. Mas não ficou sozinho. Há três ou quatro dias ficou com a CGTP, hoje ficou com a esquerda;…

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Tenha juízo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … o que nunca ficou foi com a razão, porque connosco: desumanização nunca e não!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Há uma opção política que não posso deixar de denunciar — sempre que chega o momento de fazer escolhas, os Estados que se dizem democráticos parecem preferir apertar o cerco à vida de quem tem menos, em vez de enfrentar os verdadeiros centros do poder económico. A verdade é esta, a pobreza não é uma escolha, é uma realidade dura e pura que pode bater à porta de cada um.

Por detrás de cada prestação social há um drama, há um rosto. Há um idoso, há uma mãe que esconde as suas preocupações, há famílias que vivem todos os dias entre a esperança e a angústia.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — O caminho da justiça social não passa por exigir mais a quem vive já no forte limite, passa por ter coragem para enfrentar os interesses instalados e garantir que todos contribuem de forma justa para o bem comum.

Foi com esta curta declaração de voto que, em consciência, votei contra esta proposta,…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — … porque acredito nas pessoas, mas, acima de tudo, acredito no humanismo e num Estado de direito que olha para os mais vulneráveis.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É isso que estamos a fazer, Sr. Deputado!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Continuo a dizer que há famílias que vivem todos os dias entre a esperança e a angústia que, em consciência, não posso, de forma nenhuma, ignorar.

Aplausos de Deputados do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O acordo de última hora entre PSD/CDS e o PS assegurou a aprovação da PSU sem perder a sua conceção profundamente reacionária,…

Vozes do CH: — Eh!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … embora permitindo que a aliança preferencial com o Chega não se concretizasse.

Esta iniciativa, a forma como foi apresentada e o simulacro de discussão, dizem muito do preconceito da direita contra os pobres. Entre outros aspetos, salienta-se a falta de referência ao valor da prestação social única — porque a nova prestação poderá ser de valor inferior —, mas também a redução dos apoios e a exclusão de beneficiários, o que faz recear o aumento da pobreza.

A variação do valor da prestação em função dos rendimentos do trabalho será um incentivo aos salários baixos, mantendo os trabalhadores pobres reféns da sua pobreza. A ponderação conjugada e a gestão articulada da prestação com outras prestações, pode levar ao corte de outros apoios que o requerente já tem.

A imposição de atividades de solidariedade social — isto é, trabalho não remunerado, em gratidão eterna dos pobres pelas ajudas que recebem —,…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Trabalham na Festa do Avante!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … não mostra apenas uma visão passadista, é um verdadeiro castigo…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Castigo é ouvir o PCP!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … que traduz um preconceito injusto e inaceitável para que a direita possa continuar a propalar a ideia de que os pobres são pobres porque querem. A direita tem o maior escrúpulo com os impostos dos contribuintes com que o Estado apoia os pobres e quer cortar a despesa, mas não regateia os milhares de milhões de euros de benefícios e isenções fiscais que oferece aos mais ricos.

Esta prestação social única contribuirá para uma maior estigmatização, condena ao ciclo de pobreza e culpabiliza os pobres pela sua própria pobreza.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, votamos contra.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, há uma premissa que para o PAN é fundamental: uma sociedade de progresso não é uma sociedade que diaboliza os mais pobres. Quando ainda temos cerca de 1,6 milhões de pessoas em risco de pobreza em Portugal, não podemos ignorar o facto de que não se combate a pobreza cortando precisamente nos apoios às pessoas mais necessitadas.

Se olharmos para os dados, eles são muito claros. Não se trata dos chamados «subsídio-dependentes». Uma família, nomeadamente uma mãe com filhos a seu cargo, que precisa dos subsídios do Estado não é uma subsídio-dependente, é pobre. E obrigar uma mãe a estar a um balcão ou numa caixa de supermercado, a trabalhar porque tem uma doença oncológica, é uma desumanização do Estado que não podemos aceitar e com a qual não vamos compactuar.

Aplausos do L.

Por isso mesmo, Sr.as e Srs. Deputados, até porque temos presente que há pessoas idosas que estão também no grupo dos mais vulneráveis, há dimensões desta iniciativa que não podemos acompanhar.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O populismo não justifica tudo.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Não sei se o Sr. Deputado Pedro Frazão quer intervir. Eu estou a usar da palavra na minha vez.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Estou a fazer apartes! O aparte é regimental!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Se a sua bancada quiser ceder tempo, poderá fazê-lo certamente. Acredito que possa, quando muito, compartilhar da minha indignação perante esta proposta.

Uma coisa é certa, o populismo não dá de comer a ninguém nem redistribui de forma mais justa as contas e as finanças públicas do nosso País. E quando estamos perante uma autorização legislativa que não nos diz qual o valor e de que forma é que os cálculos vão ser feitos, é evidente que não a podemos acompanhar de forma favorável.

Mas há um aspeto e uma lição que podemos retirar deste processo legislativo e que toca precisamente nessa bancada. É que já deu para perceber que o Chega não é um parceiro de confiança para quem governa o nosso País.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Tu és de uma confiança do caraças! De confiança não podes falar!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por isso, esperamos que o PSD tenha efetivamente aprendido a lição e que agora que tem uma autorização legislativa deixe, de uma vez por todas, de parte os populismos dessa bancada da extrema-direita.

Protestos do CH.

Uma coisa é certa, o País não precisa de populismo, precisa de reformas sérias que não deixem para trás quem mais precisa, que são as pessoas mais pobres.

Aplausos do L.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para fazer a sua declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas: É preciso que tenhamos consciência de que o nosso País não é um país pobre. Na verdade, dos países que fazem parte da OCDE, ele está no grupo dos países mais ricos do mundo.

O nosso País tem muita pobreza. Antes de prestações sociais, 40 % da nossa população estaria em pobreza ou em risco de pobreza. É muita gente. É gente que nós conhecemos. Muitos são pessoas das nossas famílias, são pessoas que tiveram um azar na vida, são pessoas para quem alguma coisa correu mal e depois, quando se cai na pobreza, é preciso ter consciência de que são precisas muitas gerações para se sair da pobreza, se é que se sai.

Depois de prestações sociais, conseguimos diminuir de 40 % para 15 %, ainda assim com a grande injustiça de que, proporcionalmente, há mais crianças nesses 15 % — esse um sexto que falta — do que no resto, sendo aqueles que menos têm culpa de estar nessa situação. Portanto, por vários exemplos à volta do mundo e pelo nosso próprio exemplo, sabemos que os subsídios, as prestações sociais, ajudam.

Nós sabemos como erradicar a pobreza, mas é preciso querer fazê-lo. E quanto àqueles que muitas vezes nos acusam de facilitismo ou que dizem que são ajudados os errados, não os vi votar contra o regime que beneficia os residentes não habituais, com os quais, esses sim, desperdiçamos centenas de milhões de euros.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Falso!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Nunca ouvi falar dos subsídios que damos a empresas que, esses sim, ainda antes de cá porem o pé já estão a receber subsídios.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

E, peço desculpa, mas há uma coisa que nos deveria doer e em relação à qual deveríamos pôr a mão na consciência: lições de humanidade, todos os humanos recebem de todos os humanos, ou então não são humanos. Aqueles que tratam humanos, concidadãos nossos, como se não adoecessem, como se não se doessem das mesmas dores, como se os seus filhos não sofressem o mesmo que os outros, e que depois, ainda por cima, se arrogam o direito de não aceitar lições de humanidade, esses sim estão a falhar à nossa humanidade comum.

Nós poderíamos ter feito muito melhor. Para tirar estas pessoas da pobreza precisamos de uma política que seja menos pobre. Propusemos aqui ao Sr. Primeiro-Ministro que houvesse um compromisso de equidade e investimento a ser discutido todos os primeiros semestres do ano, antes do Orçamento, onde os objetivos europeus e internacionais também fossem discutidos.

É uma pena que o Sr. Primeiro-Ministro assim não o tenha querido e que tenha optado por vias que nos puseram, à última hora, em risco de perder milhões para o nosso País. Foi uma pena.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para a última declaração de voto, dou a palavra ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não te esqueças da viúva!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Sandra Pereira, eu recebo lições de humanismo quase todos os dias, e desejo-lhe as rápidas melhoras.

A prestação social única que este Parlamento aprova sai daqui sem sabermos o valor de referência, e isso não é uma boa notícia; continua a permitir o trabalho obrigatório a pessoas com deficiência e com incapacidade até 80 %, e isso não é uma boa notícia.

Portugal é dos países que gasta menos no combate à pobreza, muito menos que a média europeia. Estamos a falar de um apoio que não tira ninguém da pobreza. Evita, sobretudo, a miséria extrema.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A taxa de pobreza tem vindo a baixar!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sempre que se fala em subsídio-dependência, esquece-se que parte destes apoios não contributivos são destinados a crianças e a pessoas que não estão em idade ativa. Mas, curiosamente, elimina-se sempre isso, quando se trata de punir retoricamente os pobres.

Sempre que se olha para os estudos, para as inúmeras auditorias que vários Governos de direita pediram para o RSI (rendimento social de inserção), chega-se sempre às mesmas conclusões: a fraude é praticamente inexpressiva, porque estes cidadãos são os mais vigiados da República Portuguesa.

A direita decide continuar a mentir sobre os pobres. Tanto assim é que temos tanta pobreza, apesar de, ao mesmo tempo, termos tantos milionários. Porquê? Porque Portugal não é um país pobre. Infelizmente, Portugal é um país que gera pobreza.

Este debate da PSU provou outra lei da Física: qualquer debate onde o Chega participe é um debate onde se multiplica a mentira.

Protestos do CH.

Aqui fica uma sugestão à bancada do Chega. Sempre que um Deputado do Chega for apanhado a mentir, preste trabalho socialmente útil.

Protestos do CH.

Podem ter a certeza: não sobrará uma árvore caída em Leiria,…

Aplausos do L e de Deputados do PS.

Protestos do CH.

… não sobrará uma mata para limpar!

Protestos do CH.

Fica aqui o meu contributo para mais eficazmente prevenirmos os incêndios neste verão.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — O Bloco de Esquerda nem um quintal consegue limpar!

O Sr. **Presidente**: — Não há mais declarações de voto orais.

Burburinho na Sala.

O Sr. Deputado André Ventura pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, queria, antes de mais, pedir a distribuição da nota, da notícia e decisão deste grupo parlamentar que todos os meses dá uma parte do seu salário para causas sociais.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ao contrário do Deputado Fabian Figueiredo, que fica com o dinheiro todo para o bolso dele,…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não vá por aí!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … que o tem de meter nos dois bolsos!…

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, cortei-lhe o microfone.

O orador continuou no uso da palavra.

Sr. Deputado, cortei-lhe o microfone.

O orador continuou no uso da palavra.

Sr. Deputado, cortei-lhe o microfone!

Como o Sr. Deputado sabe, uma interpelação à Mesa é dirigida à Mesa para efeitos — como o Sr. Deputado sabe — de solicitar a junção de documento. É, pois, nesse sentido que lhe dou a palavra porque, se for para outras coisas, não corresponde à figura regimental invocada. Está bem, Sr. Deputado?

Posto isto, pode ser reposto o microfone.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Deputado Fabian Figueiredo disse que toda esta bancada, toda ela…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é para juntar um documento?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, é para si, Sr. Presidente. É mesmo uma interpelação para si.

O Sr. **Presidente**: — Então faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Presidente várias vezes chamou a atenção quando nas intervenções de Deputados de uma bancada chamavam mentirosos a todos os Deputados de outra bancada.

Protestos do PS.

Foi o que fez hoje o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, e eu esperava da sua parte o mesmo comportamento que teve connosco em relação a outros.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, julguei que a lógica da vitimização já não fosse necessária com este Presidente da Assembleia da República. Não há nenhum grupo parlamentar que seja vítima do Presidente da

Assembleia da República no que diz respeito ao uso da palavra, e eu sei que o Sr. Deputado André Ventura também sabe isso.

Assim, Sr.as e Srs. Deputados, com esta interpelação, estão terminados os nossos trabalhos.

A nossa próxima sessão é amanhã, sexta-feira, às 10 horas, com a agenda que já se encontra distribuída e disponível para consulta nos suportes institucionais da Assembleia da República.

Até amanhã, Sr.as e Srs. Deputados.

Eram 18 horas e 57 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 209/XVII/1.ª:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) reconhece a relevância da Fundação de Serralves na concretização do direito à cultura consagrado no artigo 73.º da Constituição da República Portuguesa, designadamente no que respeita ao acesso à arte contemporânea, ao património arquitetónico e paisagístico e à fruição de equipamentos culturais de referência.

No entanto, o GPPS reconhece ainda que, desde a sua criação, através do Decreto-Lei n.º 240-A/89, de 27 de julho, a Fundação de Serralves tem assentado num modelo que articula entidades públicas e privadas, permitindo combinar o financiamento público com o contributo do mecenato e de outros parceiros, num quadro institucional que tem assegurado a continuidade e o desenvolvimento da sua missão.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que, apesar de nos últimos anos o financiamento público de Serralves ter sido reforçado, com transferências diretas do Estado e apoios da administração indireta, representando uma parte significativa dos rendimentos da instituição, este reforço do financiamento não implica, por si só, a necessidade de alteração do modelo de governação vigente, que já garante uma participação pública relevante, compatível com o quadro constitucional e com a natureza fundacional mista da instituição.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista distingue as duas dimensões propostas no projeto de Resolução em apreciação: por um lado, considera positiva a preocupação com o reforço do acesso gratuito e com a eventual integração no Programa Acesso 52, quando esteja assegurado o devido financiamento público, manifestando, no entanto, reservas quanto à formulação que aponta para uma transformação da atual estrutura de governação numa «gestão pública» em sentido estrito.

A solução proposta, ao defender que o Estado deve assumir a maioria da gestão em Serralves ancorando-a num financiamento público maioritário, corre o risco de alterar profundamente o modelo de parceria que caracteriza Serralves, podendo reduzir o espaço de autonomia da Fundação e condicionar o contributo dos seus parceiros privados.

Na verdade, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que eventuais revisões do regime de governação das fundações com participação pública relevante devem ser ponderadas em sede própria e num quadro legislativo mais amplo, evitando abordagens casuísticas que, embora bem-intencionadas, podem ter impactos estruturais que não estão suficientemente avaliados.

Por outro lado, o GPPS acompanha a preocupação com a necessidade de reforçar os períodos de acesso gratuito a Serralves, designadamente para responder ao contexto socioeconómico em que muitas famílias veem o seu poder de compra pressionado pelo aumento do custo de vida.

Nesse sentido, considera que a inclusão de Serralves no Programa Acesso 52, ou em instrumentos equivalentes de política pública de acesso, pode ser equacionada desde que garantido o adequado financiamento e assegurada a articulação com a própria Fundação, sem se confundir essa opção com uma mudança do seu modelo de gestão.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista absteve-se na votação do PJR n.º 209/XVIII/1.ª (PCP) «Pela gestão pública da Fundação de Serralves e a garantia da gratuitidade da entrada em Serralves em todos os fins de semana e feriados», por considerar que:

- O atual modelo de participação pública na Fundação de Serralves é equilibrado e não justifica, neste momento, uma transformação em «gestão pública» maioritária.
- A integração da Fundação de Serralves no Programa Acesso 52, ou em programas similares, é desejável desde que exista financiamento público adequado, devendo essa matéria ser trabalhada em diálogo com a instituição e no quadro da política cultural do Governo.

As Deputadas e os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

———

Nota: *A declaração de voto anunciada pelo Deputado do BE Fabian Figueiredo não foi entregue no prazo previsto no n.º 4 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

———

Relativa aos Projetos de Lei n.ºs 655/XVII/1.ª e 648/XVII/1.ª [votado na reunião plenária de 12 de junho de 2026 — DAR I Série n.º 102 (2026-06-15)]:

A proposta do Governo de criação de uma Prestação Social Única, pelo que está expresso e pelo que omite, deixando o Governo de mãos livres, é de enorme gravidade. O que está em causa é uma profunda alteração ao regime não contributivo da Segurança Social que exigiria, na opinião do PCP, a apresentação de estudo sobre os impactos sociais resultantes das propostas apresentadas; mais, estamos perante uma profunda redução nos critérios de acesso e nos montantes das 13 prestações sociais que são eliminadas.

O Governo não demonstra com dados concretos «que ninguém ficará a perder», nem tão pouco que esta prestação social única dará combate à pobreza, pelo contrário, o que se confirma é uma enorme pressa para reduzir o número de beneficiários desta prestação social, com uma malha ainda mais apertada nos critérios de acesso e com medidas desproporcionadas para a suspensão da sua atribuição, bem como a redução dos seus montantes.

A abstenção às iniciativas legislativas do Livre e do BE, não obstante considerarmos pretenderem minorar os impactos negativos da proposta do Governo, não permite a avaliação dos seus impactos sociais em todas as dimensões da reforma do regime não contributivo da Segurança Social.

O PCP considera que uma reforma desta natureza exigiria um debate aprofundando com estudos prévios sobre os impactos sociais, nas suas múltiplas vertentes.

São estas as razões que motivam o nosso sentido de voto.

A Deputada do PCP, *Paula Santos.*

[Recebida na Divisão de Redação a 24 de junho de 2026.]

———

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.